



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0487/11	DATA: 13/05/2011
INÍCIO: 9h51min	TÉRMINO: 13h56min	DURAÇÃO: 4h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h05min	PÁGINAS: 78	QUARTOS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
URBANO JOSÉ MOREIRA NETO - Ex-Vereador do Município de Riachuelo. LUÍS PASSOS - Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos na Paraíba. RIVANDO GÓIS - Jornalista. ZECA OLIVEIRA - Jornalista. HENRI CLAY - Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB. CAPITÃO SAMUEL - Deputado Estadual em Sergipe. PEDRO FIRMINO - Ex-Deputado Estadual e ex-Vereador. ALEXIS PEDRÃO - Presidente do Diretório Municipal do Partido Socialismo e Liberdade. CESÁRIO SILVA - Secretário-Geral do Movimento Evangélico Progressista. EMANUEL NASCIMENTO - Vereador à Câmara Municipal de Aracaju, Estado de Sergipe JERÔNIMO DA SILVA SÉRGIO - Representante da CONAL — Conselho de Ligas de Arquidiocese. ANGÉLICA GUIMARÃES - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. CONCEIÇÃO VIEIRA - Primeira Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. JOÃO DANIEL - Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. PEDRO DE ALBINO - Ex-Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA SALGADO - Presidente do PSTU. LEONARDO DIAS - Secretário político do Partido Comunista Brasileiro no Estado de Sergipe. VALMIR DA CONCEIÇÃO - ADELSON ALVES DE ALMEIDA - Presidente Estadual do Partido Social Democrata Cristão — PSDC em Sergipe. EDVALDO NOGUEIRA - Prefeito Municipal de Aracaju, Estado de Sergipe. AVILETE CRUZ - Professora. ALEXANDRE PORTO - Presidente da Associação Comercial e Empresarial do Estado de Sergipe. ANA LUCIA - Deputada Estadual do Estado de Sergipe. ARTUR OLIVEIRA - Vereador pelo Município de Estância, Estado de Sergipe.

SUMÁRIO: Discussão com vistas à apresentação de proposta de reforma política para o Brasil.

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. O início da reunião não foi gravado. Há falhas na gravação. Há palavra ou expressão ininteligível. Houve manifestação na plateia.



(Início não gravado.) ...convido o Exmo. Sr. Senador Eduardo Amorim; o Exmo. Deputado Federal e 1º Vice-Presidente da Comissão da Reforma Política, Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo (*palmas*); o Deputado Federal Pastor Heleno (*palmas*); o Deputado Federal Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul (*palmas*); a Exma. Deputada Federal Íris de Araújo, do PMDB de Goiás; a Exma. Sra. Deputada Federal Luiza Erundina, do PSB de São Paulo (*palmas*); o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aracaju e Presidente da Federação dos Vereadores do Estado de Sergipe, ilustre Vereador Emmanuel Nascimento. (*Palmas.*)

Solicito aos assessores e ao apoio que, por gentileza, conduzam os presentes ao plenário e às galerias.

Convido o Deputado Estadual Antônio dos Santos, representando o Poder Legislativo Estadual (*palmas*), e o Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, representando todos os Prefeitos presentes. (*Palmas.*)

Antes de dar início, de forma efetiva, aos trabalhos, solicito a todos que fiquemos de pé para ouvirmos e participarmos da execução do Hino Nacional brasileiro.

(É executado o Hino Nacional. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Solicito à Assessoria que conduza os presentes para que tomem assento no plenário.

Tenho a honra de registrar a presença do Conselheiro Federal da OAB Dr. Henri Clay; dos ex-Deputados Federais Acival Gomes e José Carlos Machado; do Sr. Prefeito de Estância, Ivan Leite; do Vereador Jairo Joaquim, de Nossa Senhora do Socorro, representante do PPS; do Sr. Paulinho da União Tur, 1º Secretário do PRTB; da Profa. Avilete Silva Cruz; do Vereador Otávio Luís Cardoso Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Arauá; do Vereador Robson Viana; do Deputado Estadual José Franco; da Deputada Estadual Conceição Vieira, 1ª Secretária da Assembleia Legislativa de Sergipe; do Sr. Adelson Alves de Almeida, Presidente estadual do PSDC; da Profa. Vera Lúcia, Presidente estadual do PSTU; da Sra. Tânia Soares, Presidente estadual do PCdoB; do Sr. Alex Pedrão, Presidente do PSOL de Aracaju; do Sr. Fabrício Oliveira dos Santos, Presidente do projeto Jovem Aprendiz, do SENAC; da Sra. Maria José Batista, Presidente do Instituto Braços —



Defesa de Direitos e Controle Social; da Sra. Ianaiá Rollemberg, Secretária Municipal da Juventude do PT; do Sr. Cesário Silva, membro da plataforma que discute a reforma política, representando o MEP — Movimento Evangélico Progressista; do Prof. José Augusto Nascimento, Diretor do Colégio Amadeus e Presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Ensino Superior; do Prof. José Joaquim Machado, Presidente da Federação das Escolas Particulares; do Prof. Reni Damasceno, Diretor do Colégio Master; do Sr. Jerônimo da Silva Sérgio, Presidente do CONAL — Conselho Nacional de Leigos, da Igreja Católica.

Registro que esteve presente, antes da abertura dos trabalhos, a Desembargadora Suzana Carvalho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, que teve de se ausentar para o cumprimento de suas tarefas naquela corte.

Registro a presença do Vereador Gonzaga.

Minhas senhoras, meus senhores, a Câmara dos Deputados, pela Comissão Especial de Reforma Política, realiza em diversos Estados da Federação brasileira conferências para uma discussão ampla, profunda do tema, com o objetivo de apresentar uma proposta de reforma política para o País.

Registro a presença do Deputado Estadual Garibalde Mendonça.

Estivemos em Goiânia, no Estado de Goiás, há 15 dias; na última segunda-feira, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Estamos hoje em Aracaju. Na próxima segunda-feira estaremos em João Pessoa, no Estado da Paraíba; no dia 19, quinta-feira, em Florianópolis, ocasião em que a União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais estarão reunidos em congresso. Lá estaremos realizando, em conjunto com a UNALE, esta conferência dentro do referido congresso. No dia 23 estaremos em Belo Horizonte, Minas Gerais. Posteriormente, em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Branco e Vitória.

É uma demonstração de que a Câmara dos Deputados pretende apresentar uma proposta de reforma política gestada não apenas no Congresso Nacional, mas no seio da sociedade brasileira.

Registro a presença do Deputado João Daniel, do MST.

A exemplo do que aconteceu nas duas últimas conferências, o convite à população não é para vir aplaudir, é para falar, para debater. Estamos em Sergipe porque estamos dispostos a ouvi-los. A Taquigrafia da Assembleia Legislativa e da



Câmara dos Deputados estão aqui presentes para apanhar os pronunciamentos, os depoimentos de todos, que por certo serão valiosos para a elaboração do relatório pelo Relator, Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, que não pôde estar presente, mas que tomará conhecimento de tudo quanto for dito nesta sessão.

Portanto, bem-vindos. Agradeço pela presença de todos, especialmente da imprensa, tão importante em um evento como este para estabelecer a necessária comunicação com a sociedade sergipana.

Quero agradecer enormemente à Presidente da Assembleia Legislativa, à Mesa Diretora, a cada um dos Srs. Deputados e a cada uma Sras. Deputadas pela compreensão que tiveram com a Câmara dos Deputados, por meio da Presidência desta Comissão, ao ceder este valioso espaço e estrutura para que o debate da reforma política transcorra com o apoio necessário.

Abriremos a palavra, inicialmente, para um ou dois Deputados Federais e/ou integrantes da Mesa. Nesse sentido, peço que se manifestem os que desejarem fazer uso da palavra de imediato. Logo em seguida, lançarei mão da sistemática sugerida pela inteligente Deputada Íris de Araújo, que, na reunião realizada em Goiânia, optou por se valer de microfone sem fio para os que desejaram fazer uso da palavra. Embora haja microfone nestas bancadas, a tribuna também estará à disposição. Hoje não haverá galerias, não haverá distinção entre Deputados e público, entre Deputados e cidadãos. Hoje há um único plenário, todos terão direito a voz.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Bom dia a todos.

Antes de entrar no tema de que vamos tratar, quero dizer de minha alegria por estar em Aracaju na companhia de meu querido amigo e companheiro Almeida Lima e dos colegas Deputados Heleno Silva e Edinho Araújo e das colegas Deputadas Luiza Erundina e Íris de Araújo.

Minhas saudações a todos os Deputados Estaduais. Louvo a possibilidade de dividir com os senhores nosso entendimento acerca do tema e, certamente, de levar



daqui uma razoável massa crítica para podermos produzir um relatório que espelhe a realidade média de nossa gente.

Não vamos tratar hoje da reforma política, porque significaria trabalhar um texto extenso e profundo. Teríamos de trabalhar sobre desenho de Estado, prerrogativas de Poderes, alternativas de execução, modificação de Códigos. Nós não vamos fazer isso. Nós vamos discutir tão somente sistema eleitoral. Parece pouco, mas não é. É, certamente, uma incisão profunda que a sociedade precisa fazer em algo que terá tudo a ver com o que vai acontecer com nossos netos e bisnetos, o texto da reforma política, que desenhará o País do futuro.

Portanto, não podemos tratar do tema como se fosse uma questão rasa, um tema a ser contemplado *en passant* pelos políticos. Estamos diante da forma pela qual vamos produzir o resultado político capaz de desenhar os meios pelos quais nós tratamos a questão pública, tanto no Legislativo quanto no Executivo.

O que eu penso tem um valor absolutamente pequeno em relação a isso. Sou favorável à lista fechada. O Deputado Almeida Lima é frontalmente contrário a ela. E qual é o problema? Nenhum. A divergência é própria da democracia.

Mas a lista fechada tem todas as virtudes? Não, tem alguns defeitos. E a lista aberta, o “distritão”, tem todas as virtudes? Não, tem alguns defeitos. Todos os sistemas têm alguns defeitos, com argumentos absolutamente contundentes. No entanto, vamos trabalhar algumas virtudes e alguns defeitos.

Se aqui em Sergipe houvesse uma campanha para Deputado Federal e Estadual neste ano, qual seria a proposta pedagógica do PMDB? Como o PMDB se comportaria quanto à educação dos nossos filhos? Apresentaria a proposta de uma educação incluyente, libertadora? Qual seria o conceito desse processo? Qual seria a proposta de segurança pública? Qual seria a proposta de reforma agrária? Como trabalharíamos as questões de saúde, assistência social, inclusão, emprego? Não sei, porque o discurso que nós vamos fazer nesse sistema atual é chamado massa mole, se agarra a qualquer superfície. Tem de agradar ao ouvido de quem está ouvindo, ao cliente do comércio. Nós não temos diferença.

Se eu tivesse o sistema em lista fechada, como a pessoa tem de votar no partido, eu obrigatoriamente tenho de falar sobre propostas políticas. E mais, eu tenho de me diferenciar do PT, do PP, do PSDB, porque senão ele não vota na



minha lista. Eu tenho de dizer porque a minha lista é superior à outra. Logo, eu tenho uma virtude nisso. Eu começo a discutir temas de Estado, políticas como solução de vida. Eu transformo meu partido em laboratório de produção e elaboração de leis, que são ferramentas de solução de vida para as pessoas. Mas, então, há uma virtude. Qual é o defeito disso? Fica distante do eleitor. O cidadão vai para lá com a lista. É um pensador das causas maiores do País, mas o eleitor não tem acesso a ele.

Então, nós não podemos aprovar a lista fechada, neste momento, porque nós saímos de um processo de voto nominal e não dá para passar nessa travessia imediatamente para a lista fechada. Estamos trabalhando a possibilidade de fazer um sistema distrital misto. Ao mesmo tempo, temos de ter a manifestação do eleitor diretamente e a possibilidade de ter a lista preordenada.

Acho que nosso relatório caminha para isso. Eu, o Deputado Almeida Lima e outros estamos fazendo a média entre o café amargo e o açúcar doce. Nós estamos trabalhando nisso.

Quero deixar algumas questões importantes para reflexão. Vamos tratar do nosso sistema atual. Como ele se financia? Pelo empreiteiro, que durante o tempo de Governo eleito opera as verbas públicas, guarda um resto de corrupção para alimentar grande parte dos eleitos que vão para o Congresso. Que independência eles têm? E o Parlamentar que deve o mandato à empresa, que independência tem?

No Congresso, às vezes perguntamos ao Deputado: *“Como é que tu vais votar nisso?”* *“Olha, eu queria votar dessa forma, mas se eu votar assim, eu perco as emendas”*. Mas então eu sou um *office-boy* de gravata atrás de uma emenda. Eu não sou capaz de pensar no meu País? Por que nós estamos assim? Por causa do sistema que temos hoje, que é absolutamente anárquico.

Eu teria a oportunidade de conversar ainda mais com os senhores, mas já há dois temas. Ontem ouvimos — a Deputada Erundina estava lá e o Deputado Almeida Lima não pôde estar, porque estava aqui organizando este evento — três professores brilhantes. Honestamente, nas audiências públicas, quando há cientistas políticos, temos ouvido cada pérola digna do mandato.

Ontem eles nos brindaram com um aprendizado fantástico, com textos aos quais os senhores deverão ter acesso. Depois, certamente, a Assembleia Legislativa



vai disponibilizá-los aos senhores. Mas eles deixam claro que o atual sistema é absolutamente anárquico.

Mas todos, aonde quer que se vá, dizem o seguinte: “*A coligação proporcional tem de acabar. Nós não podemos mais continuar com isso*”. Meu amigo Marcelo Castro, disse a seguinte pérola: “*No meu Estado, eu fui candidato a Deputado Federal. Um colega candidato era ateu e o outro, pastor. O pastor não conseguiu o número de votos para se eleger e elegeu o ateu*”. Então, os religiosos que votaram no pastor, porque era temente a Deus, acabaram elegendo um ateu. Essa é a coligação proporcional: a pessoa vota no religioso e elege o ateu. Esse sistema é anárquico e não pode continuar, certamente.

A outra questão é a da coincidência de mandatos e de eleições, votar em todos no mesmo dia. Não é verdade que o povo mistura tudo. O povo é muito mais inteligente do que se pensa. Um dia só de eleições, de Vereador a Presidente da República. Quem pode mais chora menos. Quem vai trabalhar nesse processo monta proposta da ponta de baixo até a ponta de cima, porque a política nasce no Município e conclui na Presidência da República ou nasce de lá para cá.

Essas políticas fragmentadas, que só interessam ao Município, não vão mais do que o tamanho do arroio que corta a cidade. Algumas coisas são peculiaridades, particularidades do Município. Grande parte das políticas públicas são transversais, absolutamente comuns e concorrentes, porque o Governo Federal fica com 64% de tudo que arrecadamos. Logo, quem tem poder de pagamento é ele, e a obrigação de fazer também tem que ser dele.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Para ir aquecendo a musculatura para o debate, vamos ouvir o Deputado Edinho Araújo, 1º Vice-Presidente da Comissão.

Antes, porém, não posso deixar de registrar a presença da Presidenta da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, Deputada Angélica Guimarães, que convido a sentar-se do meu lado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, em seu nome e em nome da Presidente desta Casa, Angélica Guimarães, saudamos todas as autoridades, as senhoras e os senhores e os partidos políticos.



É uma alegria estar na terra dos Deputados Almeida Lima e Heleno Silva. Venho de São Paulo; Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul; Íris de Araújo, de Goiás; Luiza Erundina, de São Paulo. Enfim, nós nos juntamos aqui para ouvir — essa é a primeira palavra. Viemos aqui para uma audiência pública, Sr. Deputado Estadual Antonio dos Santos. V.Exa. esteve em audiência pública promovida pela Comissão em Brasília, no Congresso Nacional. Eu me lembro muito da sua intervenção.

Srs. ex-Parlamentares, autoridades municipais, presidentes de partidos, de entidades, senhores da imprensa, eu não fui à reunião no Estado do Deputado Alceu Moreira, Rio Grande do Sul. Estive na primeira reunião, promovida pela Deputada Íris de Araújo, em Goiânia. Lá ouvimos a população. Eu me lembro, Presidente Almeida Lima, que ouvimos mais de 50 pessoas. Houve fila.

Estamos aqui nos aquecendo. Vou ser muito breve, porque nós Deputados conhecemos as nossas teses. Reforma política cada um tem uma na cabeça, ou reforma do sistema eleitoral, se quisermos focar o tema.

Eu estou na vida pública há muitos anos. Cada um de nós aqui tem uma história. Nós da Mesa, os senhores do plenário, os senhores das galerias, todos nós temos uma experiência de militância direta ou indireta na política.

Eu comecei numa cidade de 30 mil habitantes, Santa Fé do Sul, onde fui Prefeito. Estou na vida pública há 38 anos. Já disputei 10 eleições. Perdi a primeira e ganhei nove. Fui três vezes Prefeito: uma de Santa Fé e duas de São José do Rio Preto, cidade de 450 mil habitantes. Fui Deputado Estadual três vezes, uma delas com Luiza Erundina, que foi Deputada antes de ser Prefeita da Capital, e estou no terceiro mandato na Câmara Federal. Portanto, tenho alguma experiência em eleição.

Chegamos a esta altura da vida entendendo que todo mundo quer reforma política. Mas que reforma? Vocês assistiram pela televisão, acompanharam pelos jornais e pelo rádio o que aconteceu nesta semana com o Código Florestal, outro tema que diz respeito ao Brasil. Sobre reforma política, cada um vai ter uma opinião, pressionado pelo Vereador, pelo Prefeito, pelo companheiro, pelo presidente do partido. Nós precisamos construí-la. Essa é a grande missão de Sergipe, que tem na Presidência da Comissão o nosso querido Deputado Almeida Lima. O Senado



concluiu o seu trabalho por tema e agora está preparando o texto. Nós estamos ouvindo o povo brasileiro.

Considero esta audiência pública fundamental. Essa é uma pedra preciosíssima. Por isso, queremos ouvi-los. Depois podemos ser questionados. Aí poderemos expor o que pensamos. Acho fundamental, Sr. Presidente, ouvirmos as autoridades, não sem antes lhes apresentar o pensamento de cada um dos Deputados que visitam o a sua cidade.

Para encerrar, quero dizer que estamos aqui para ouvi-los, para aprender e para podermos levar ao Relator o que entendemos ser a opinião mais ou menos consensuada deste importante Estado da Federação.

Um grande abraço a todos! Estamos aqui com muita alegria para poder construir essa peça fundamental, a mãe de todas as reformas, a reforma política.

Muito obrigado pela atenção.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Indago se algum dos integrantes da Mesa deseja fazer uso da palavra agora ou se já podemos ouvir alguém do plenário, informando às pessoas que estão nas bancadas que poderão fazer uso do microfone da própria bancada; as outras que estão de pé atrás ou na galeria poderá usar o microfone sem fio. A depender da fila, é preferível que fique mais à frente — os que desejarem falar podem vir até aqui, dar o seu recado e retornar e se sentar.

Registro a presença do Prefeito do Município de Poço Verde, Tonho de Dorinha, dos Vereadores de Estância, Ribeirópolis, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Pirambu, Neópolis, Amparo de São Francisco, Frei Paulo, Nossa Senhora da Glória, Riachão do Dantas, Porto da Folha e Poço Verde; da Profa. Marlene Calumby, que aqui está representando o ex-Governador e Presidente do Democratas no Estado de Sergipe, Dr. João Alves Filho; do Vereador de Aracaju Jailton Santana; e do ex-Vereador e ex-Deputado Pedro Firmino.

Alguém na plenária já deseja fazer uso da palavra?

Com a palavra o Prefeito Ivan Leite, da cidade de Estância. Precisamos ter noção do número de pessoas que usarão a palavra, para dosar o tempo.



Com a palavra o Prefeito Ivan Leite.

Peço a todos que sejam breves para ouvirmos todos.

O SR. IVAN LEITE - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Federal Almeida Lima. Parabéns pela iniciativa de trazer a esta Assembleia a discussão sobre a reforma política no País.

Saúdo as autoridades e demais presentes nas pessoas da Presidente desta Casa, Angélica Guimarães, e da Deputado Luiza Erundina, por quem tenho profundo respeito e grande admiração.

Sr. Presidente, nobre Deputado Almeida Lima, apresento-lhe minha sugestão: quero votar para dois Deputados Estaduais. Qual o impedimento existente para que o eleitor possa votar em 2 Deputados Estaduais? Nenhum impedimento, apenas a legislação atual. Quando há eleição do Conselho da OAB, se são dez vagas, cada advogado pode votar em dez nomes. Quando há eleição do Conselho Tutelar, se são cinco candidatos, cada eleitor pode votar em cinco conselheiros. Por que para Deputado Federal de Sergipe, que são 8 candidatos, eu não posso votar em 8? Seria o ideal, porque aí a bancada de Sergipe, efetivamente, me representaria.

Como sabemos da dificuldade para que isso aconteça, defendo que cada eleitor possa votar em 2 Deputados Estaduais e em 2 Deputados Federais.

Qual a vantagem disso? A primeira escolha, normalmente, é movida por gratidão, obrigação partidária; a segunda opção é um voto mais livre, um voto de qualidade, um voto pensado.

Então, é uma ideia nova, uma ideia criativa. Eu não vi ninguém defendendo isso no Brasil, mas gostaria de lançar à reflexão de V.Exas. a possibilidade de cada eleitor votar em dois Deputados Estaduais e em dois Deputados Federais. Isso, obviamente, se refletiria na sequência; votaríamos também em dois Vereadores.

Um outro ponto que eu gostaria de abordar. Foi muito bem dita a história das vantagens e desvantagens da lista fechada e do sistema atual, aberto. Quero lançar uma ideia, um meio termo. Como dizem que a abertura está no meio, seria uma lista preferencial. Qual é a diferença da lista preferencial para a lista fechada? O partido colocaria uma lista dos candidatos de sua preferência, na sequência que entendesse adequada. E como se dariam as vantagens dessa preferência? Por exemplo, dar-se-ia um bônus de 10% aos candidatos do partido. Por exemplo, se o candidato que



estivesse em primeiro lugar na lista tivesse 900 mil votos, e o segundo lugar da lista tivesse 950 mil votos, com uma diferença inferior a 10% entre o primeiro e o segundo, prevaleceria a lista.

Então, dar-se-ia uma vantagem ao partido de até 10%, para prevalecer a vontade partidária. Se a diferença entre as votações fosse superior a 10%, prevaleceria a vontade do povo, a rejeição à lista do partido, pelo menos com uma não concordância total.

Então, seria a criação da lista preferencial.

Dentro da lista, entre o primeiro e o segundo, o segundo e o terceiro, e assim sucessivamente, havendo uma diferença de até 10%, prevaleceria a ordem da lista. Se a diferença fosse maior do que 10%, evidentemente, prevaleceria a vontade popular.

Eram essas as minhas duas contribuições. É claro que nós temos posições sobre os outros assuntos, mas gostaríamos de ficar, por enquanto, restritos a elas.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Com divisor ou com quociente? Como é que V.Exa. estabelece isso? Porque nós vamos concorrer por legendas. Só o percentual de um partido para outro fica como? Há um divisor, que estabelece a regra, ou há um quociente eleitoral?

O SR. IVAN LEITE - Não. Estabelecida a classificação dos Deputados de cada partido ou coligação — se permanecer a coligação —, dentro daquela lista do partido, se o primeiro colocado da lista tivesse mil votos e o segundo tivesse cem votos, mesmo que na lista preordenada do partido a ordem fosse inversa, prevaleceria a vontade do eleitor. Porque a diferença entre o primeiro e o segundo seria superior a 10%.

Imaginando o contrário: se o primeiro colocado tivesse mil votos e o segundo colocado 950, aí, sim, prevaleceria a ordem, a vontade do partido.

Então, o nome mudaria de lista preordenada para lista preferencial. O partido daria uma preferência de até 10% de diferença entre o primeiro e o segundo, o segundo e o terceiro. E assim, sucessivamente, seria feita a classificação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Como anunciado, vou conceder a palavra ao primeiro orador da plenária. Peço que se identifique, para registro da taquigrafia. Logo após concederei a palavra à Deputada Íris de Araújo.

Veja se faz uma síntese em 1 minuto.

Solicito à Deputada Íris de Araújo que se dirija à tribuna.

Com a palavra a Deputada Íris de Araújo. Logo a seguir daremos a palavra a uma pessoa do plenário.

Registro a presença do ilustre Deputado Estadual Capitão Samuel e da Vereadora do PT Simone Gois. Já registrei a presença do Vereador Jailton Santana e do Deputado Augusto Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Bom dia a todos os presentes.

Cumprimento de maneira especial a Presidenta da Assembleia, Angélica Guimarães. Cumprimento também o Prefeito Edvaldo Nogueira.

Quero fazer aqui uma referência toda especial ao papel do Deputado Almeida Lima. Neste momento em que nós, políticos, e a sociedade como um todo ansiamos pela reforma política, o Presidente Almeida Lima tem feito um trabalho primoroso na Comissão da Reforma Política. Tem-nos conduzido, tem-nos orientado e, em determinados momentos, puxado a orelha, quando necessário. E obedecemos.

Quero cumprimentar o Deputado Edinho Araújo. Cumprimento também essa referência nacional, essa mulher extraordinária, que eu não me canso de elogiar, a ex-Prefeita de São Paulo, Deputada Luiza Erundina, um exemplo para todos nós.
(*Palmas.*)

Cumprimento também o Pastor Antônio dos Santos, o Presidente da Câmara Municipal de Aracaju, Emmanuel Nascimento, e o Pastor Heleno.

Vou começar pelo começo, como dizia Ulysses Guimarães, pela militância.
(*Palmas.*)

Cumprimento o Deputado Almeida Lima e todos os demais presentes.

Tenho sentido uma preocupação muito grande das pessoas com quem convivo no meu Estado em relação à reforma política. Tenho colhido, inclusive, assinaturas de populares que querem opinar sobre a reforma política. E nós não podemos correr o risco — Deputada Luiza Erundina, V.Exa., que faz parte desse meu pensamento também — de ouvir palestras e mais palestras, as mais brilhantes,



e fazer uma reforma para nós mesmos. Nós temos que fazer uma reforma que tenha o conteúdo, que tenha o olho, que tenha a voz, que tenha o dedo do povo, para podermos fazer o que pretendemos. (*Palmas.*) Temos de readquirir o crédito que perdemos ao longo dos anos. Sou fundadora de um partido. Sou da escola de Ulysses, de Tancredo. Não fico inibida de dizer que tenho idade. E daí? Tenho. Tenho mais de 35 anos de PMDB. Daí vocês podem imaginar que idade eu tenho. Não preciso falar.

Há alguma coisa que talvez esteja passando em branco. Primeiro, temos de dificultar para os candidatos, temos de gastar a sola do sapato para chegar ao eleitor. Temos de buscar o eleitor. Não é ele que tem de correr atrás de nós. Nós é que temos de chegar até ele. O mecanismo eu não sei, vai ser estudado. Eu sei só o que sei fazer, mas sozinha.

O financiamento de campanha é a raiz de todos os males. Quem não está vendo? Estão claros os escândalos que estão acontecendo a todo momento, inviabilizando pessoas brilhantes que gostariam de ser candidatas, mas não têm condição porque não aceitam fazer determinados acertos, inerentes, infelizmente, à condição de se ter um Deputado Estadual, Federal ou Vereador eleito. Desculpe-me, Presidente, por falar tão firmemente, mas estou colocando a minha alma, o meu coração no que estou dizendo. Essa é uma característica minha. Acho que é a característica de todos que estão aqui.

Programa de televisão eleitoral tem de ter autenticidade. Não se pode montar uma parafernália, fazer uma novela bonita. Isso todo mundo faz. Qualquer produção de televisão transforma qualquer um, a começar pela maquiagem. Eu faço aqui a pergunta: por que o homem tem de ser maquiado para se apresentar na televisão? Mulher é natural. Nós saímos de casa, passamos um pó de arroz, um batom. Mas homem é estranho. Por isso que depois, quando sai a pesquisa, a maioria dos eleitores não sabe mais em quem votou, porque o candidato que aparece na televisão tem um topete para lá ou para cá, tem um olhinho mais ajeitado, tem até uma boquinha mais cor-de-rosa, por causa do batonzinho. Temos de nos mostrar com as nossas deficiências. De repente, posso agradar a muita gente, mas posso desagradar a muita gente também. O que importa é o pensamento. O que importa é o que está aqui. É isso que tem de ser mostrado para que o eleitor tenha reais



condições de fazer uma boa avaliação e aumentar a fiscalização do processo eleitoral.

Vocês se lembram do *showmício*? Tem muita gente concordando porque se lembra. Contratavam-se cantores, a praça lotava. Mas ninguém queria ver o político. Eu me cansei de ver isso. Então, temos que acabar com esses artifícios, que nos mostrar ao eleitor como somos, dar-lhe condição de nos ver, de nos enxergar e acreditar em nós.

O sistema que eu defendo não vai passar na reforma: é o do voto distrital puro. Nesse sistema, o Estado é dividido em distritos, com a designação, pelos partidos, dos candidatos do distrito. Cria-se uma identidade entre o distrito e o candidato, que passa a dever obrigação àquele local. Tem muita gente que pergunta: “*Nós vamos virar Vereadores?*” Nós já somos. Temos de ser. Temos de dar satisfação a nossa base. Isso não nos impedirá de pensar nos temas nacionais. *(Palmas.)*

Eu poderia ficar aqui um tempão conversando com vocês, mas tenho de me ater aos compromissos do Presidente, às normas deste momento. Estamos aqui para ouvi-los. Gostaria — pode ser agora, Presidente? — de ouvir você. Por favor, decline seu nome.

O SR. URBANO JOSÉ MOREIRA NETO - Meu nome é Urbano José Moreira Neto e sou da cidade de Riachuelo, onde já fui Vereador. Saúdo todos os presentes, na pessoa do Deputado Federal Almeida Lima.

Quando a Constituição foi proclamada, o então Deputado Ulysses Guimarães disse que o poder emanava do povo. Chegou a hora, com esta reforma política, de os Congressistas darem uma demonstração de que o poder realmente emana do povo.

Eu gostaria de saber dos senhores por que o candidato a Vice-Governador não é votado. O Prefeito de Estância, Ivan Leite, acabou de dizer que não podemos votar em dois candidatos. Mas nós votamos em dois candidatos porque, na hora em que votamos para Governador, votamos também para Vice-Governador. Isso é um erro que eu gostaria de ver consertado pela reforma política.



Por que existe suplência para Senador, quando há Senadores que receberam votos e que, estes sim, deveriam ser os suplentes, não aqueles que não foram votados? (*Palmas.*)

Cito um exemplo. Está aqui presente o ex-Deputado José Carlos Machado, que, quando candidato a Senador, recebeu duzentos e tantos mil votos. Ele não tem nenhuma chance de chegar ao Senado, mas os suplentes, que não receberam nenhum voto, têm chances de chegar ao Senado. Essa é uma forma indireta de fazer campanha, tendo por trás um empresário que banca a campanha do candidato. Esse é outro erro que eu gostaria de ver a reforma política corrigir.

Quanto à lista fechada, quero dizer que sou completamente contra a lista fechada. (*Palmas.*) Se a lista fechada tem benefícios, ela também tem um ponto superior a todo e qualquer benefício: o partido escolher quem deve assumir. Se os senhores concordarem com isso, estarão cometendo um crime, porque os senhores estarão afastando da política os pobres, os negros (*palmas*) e as pessoas sinceras, que dizem a verdade, doa a quem doer — nós que somos da classe política sabemos que a grande maioria dos políticos não gosta de ouvir a verdade. Vão colocar no canto aquele que chegar e disser a verdade. Este jamais assumirá um cargo político.

Era essa a minha participação. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato.

O seguinte, por favor, decline o nome e tente manter-se no tempo de 1 minuto.

O SR. LUÍS PASSOS - Bom dia a todos. Meu nome é Luís Passos e sou Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos. Sou artesão, sou homem do povo e gostaria de que essa reforma política fosse feita para beneficiar as pessoas mais humildes deste imenso Brasil: o artesão, o índio, o negro, a mulher, ou seja, as pessoas mais escravizadas, porque o que vem acontecendo até o momento é que as pessoas menos favorecidas têm pouco espaço para exercer cargos políticos. Por isso, peço ao Exmo. Sr. Deputado Almeida Lima e aos Exmos. Deputados e autoridades presentes que façam uma reforma que beneficie as pessoas mais carentes.



Além disso, que o candidato mais votado seja o que vai exercer o mandato, e não o que tiver feito acordos políticos com A, B ou C. E que o vice não possa assumir o cargo do candidato eleito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Sa.

Registro a presença da Vereadora Rosângela, de Aracaju; da Deputada Estadual Ana Lúcia, do PT; do Deputado Estadual Venâncio Fonseca; do Vereador Walmir Lima, Presidente da Câmara Municipal de Indiaroba; do Vereador Bertulino Menezes; do Prefeito de Aquidabã, Marcos de Acauã; dos Vereadores de Malhada dos Bois; do Prefeito de Areia Branca, Agripino Santos; do Vice-Prefeito Paulo; do ex-Prefeito Pedrinho de Balbino, de Tomar do Geru; do ex-Prefeito de Dores, José Américo.

Passo a palavra ao próximo orador, Rivando Góis.

O SR. RIVANDO GÓIS - Meu nome é Rivando Góis. Sou aracajuano, natural da capital. Sou jornalista e sonhador de uma política decente.

Por duas vezes, atendendo a um chamado interior, apresentei-me como candidato às eleições. Não logrei êxito, não obtive o sucesso, mas tive a satisfação de contribuir com minhas ideias e de manter meu compromisso para aquele pleito.

Contudo, foi constrangedor disputar uma eleição em que não me era oportunizado o direito mínimo de dirigir-me ao eleitor de forma mais ampla pela televisão. Eu ficava tentando compreender como aquilo era possível. Hoje — e vi isto esta semana —, quando se liga a televisão, vemos os presidentes dos partidos se apresentarem e convocarem a juventude a interagir com o ambiente da política, mas, quando efetivamente tomamos essa atitude, não temos oportunidade de realizar coisas que parecem básicas e necessárias.

Talvez este não seja o âmbito da discussão, mas devemos pensar nas entrelinhas. Estamos debatendo o sistema de lista fechadas, mas, como a Deputada... (*Falha na gravação.*)

A maquiagem foi algo para ilustrar. Que os integrantes numa disputa tenham oportunidade de se dirigir ao seu eleitor e que o partido não possa escolher as suas preferências, atendendo a não sei quais interesses, ignorando as pessoas. Até que ponto aquela convocação do presidente daquele partido era verdadeira? Ela era



verdadeira ou apenas tinha o interesse de criar mais um coeficiente, uma representatividade do seu partido?

Sou contra a lista fechada e sou contra a reeleição em todos os níveis. O que acompanhamos na política brasileira é resultado de mazela que se vai cristalizando ao longo do tempo. A reeleição não é expediente para este País. Precisamos oxigenar ideias, dar oportunidade à juventude que convocamos, como é praxe, para que ela um dia possa subir à tribuna.

Lá de cima fiquei olhando curioso o Deputado Garibalde Mendonça e o Deputado João Daniel, de pé, com o plenário ocupado por populares. Aquilo foi muito simbólico. Somente depois arrumaram uma cadeira para o Deputado sentar, e ele se acomodou.

O povo está aqui hoje, não sei se como eu gostaria. Fico pensando nisto: se excluíssemos os políticos e os assessores, quanto de povo sobraria nesta Casa? Também tenho esta curiosidade. (*Palmas.*)

A reforma precisa ser verdadeira, e quero que cada presente assuma um compromisso.

Desejo saber se a Deputada Luiza Erundina, por quem tenho apreço e respeito, pela trajetória e carreira, acredita que isso vá adiante. É muito louvável a bandeira que figura neste cartaz — e ela me parece rasgada, talvez precise ser reparada —, que representa uma nação muito importante, porque composta por pessoas que pensam e se apaixonam pelo que pensam.

Deputada, a senhora acredita que a votação do Código Florestal, um tema importantíssimo, foi recentemente frustrada por uma manobra ou por interesses? As observações são pertinentes, a discussão é muito equivocada. Mas, quando houve interesse, obstruiu-se a votação. Essa reforma sairá a tempo da próxima eleição? Se o partido que a senhora representa se opuser ou fizer uma manobra para obstruir, para que essa reforma, que parece legítima, não avance, V.Exa. se rebelará e sairá do partido? Vão continuar marcando posição? É importante fazê-lo!

V.Exas., em cada um dos seus partidos, acreditam piamente que esta reforma vai sair, que vai ser efetiva a sua prática? Esta é a aspiração de um eleitor.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço-lhe o pronunciamento.

Concedo a palavra ao próximo orador.

O SR. ZECA OLIVEIRA - Bom dia aos trabalhadores sergipanos que nos assistem pela *TV ALESE*, bom dia a todos os presentes neste plenário. Sou Zeca Oliveira, faço parte do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, o PSTU.

Acho importante que tenhamos pessoas que ganham salário mínimo pronunciando-se neste espaço, quando se discute modelo político que, em tese — volto a frisar —, representa o povo brasileiro. Trago-lhes um exemplo. No início deste ano, tivemos uma votação em que estava em jogo o salário mínimo da população brasileira. Foi aprovado o aumento do salário mínimo para o valor de 545 reais, enquanto os Parlamentares tiveram aumento na ordem de 60%. Pergunto-lhes se de fato a população brasileira está representada dentro desse espaço. Por isso, frisei a expressão “em tese”.

Acho importante dizer que, se viemos discutir o modelo político e democrático, não venho discutir entrelinhas, venho discutir a essência. Nós do PSTU viemos discutir a democracia, para que seja levada às últimas consequências. Viemos defender uma democracia radical, que seja democrática de verdade, que comece pela questão do financiamento — em seguida, a companheira Vera Lúcia terá oportunidade de falar mais sobre isso —, mas que tenha reflexos também na propaganda eleitoral.

Por que temos diferença tão grande de tempo de TV para os candidatos se apresentarem? Por que um partido como o meu, o PSTU, nas últimas eleições, teve menos de um minuto para apresentar sua proposta, enquanto os outros dois principais candidatos tiveram um tempo de dez minutos? (*Palmas.*) Será que um modelo eleitoral, que já começa antidemocrático nesse aspecto, poderá refletir de fato a democracia?

Há outro elemento que pretendo apresentar, brevemente. Os Senadores, os Deputados e os Vereadores são eleitos para representar o povo. Nas últimas eleições, houve uma questão nova: os candidatos aos cargos majoritários tiveram de apresentar uma plataforma. Quando essa plataforma não é cumprida, embora eles estejam ali para representar os interesses do povo, por que o povo não pode retirar



aqueles representantes que não o estão representando? Por isso, nós do PSTU viemos defender a revogabilidade dos mandatos. (*Palmas.*)

Para finalizar, eu gostaria de aproveitar o espaço para propagandear. Concordo muito com o orador que me antecedeu. Este espaço não reflete a população. Olhem os rostos que estão aqui! Quantos deles recebem salário mínimo, como a maioria da população brasileira? Quantos trabalham de verdade, de sol a sol? Temos presentes representantes dos trabalhadores, mas a classe de trabalhadores, falando-se em conjunto, não está representada aqui. A classe trabalhadora em conjunto está cumprindo expediente, está trabalhando no dia de sexta-feira. Por isso, viemos defender a ampliação, a participação popular na discussão desta reforma política. Viemos propor que a reforma política seja sujeita a um plebiscito popular, que tenha de fato a participação popular.

Eu também gostaria de propagandear um abaixo-assinado que nós do PSTU, junto com entidades sindicais como a CSP-Conlutas, estamos propondo para a discussão da reforma política, com os seguintes termos prioritários: a revogabilidade dos mandatos, o posicionamento contra qualquer cláusula de barreira, o financiamento público exclusivo de campanha, a sujeição da reforma política ao plebiscito popular.

Lamento o fato de discutirmos aqui a reforma política de um modelo democrático, quando esse modelo democrático fica somente em palavras. Esse modelo democrático tem de servir em sua essência. Queremos uma radicalização da democracia. O povo tem de participar do modelo político deste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Peço a quem está na bancada, com acesso ao microfone, que levante a mão, caso deseje falar. Basta levantar a mão, que eu perceberei e concederei a palavra.

Tem a palavra o Sr. Henri Clay, Conselheiro Federal da OAB, que poderá falar da bancada.

O SR. HENRI CLAY - Sr. Presidente Almeida Lima, Deputado Federal pelo PMDB de Sergipe, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil quero parabenizar a iniciativa da Comissão de Reforma Política da Câmara Federal por estar efetivamente nos Estados, nas capitais do Brasil, dando à sociedade a oportunidade de efetivamente expor as suas ideias— em momento raro, institucional e



democraticamente —, por intermédio da Casa do Povo, a Assembleia Legislativa. Rogo que essas ideias tenham efetivamente consequências institucionais na tramitação do projeto da reforma política.

Neste momento, estou representando a Ordem dos Advogados do Brasil neste debate. A OAB, em âmbito nacional, no Conselho Federal, já debateu a reforma política e encaminhou minuta com o entendimento de alguns pontos que a Ordem considerou fundamentais. Vou relatar alguns, de forma rápida, e apresentar outros pontos de vista que não foram ainda debatidos no seio da Ordem.

Pluralismo político: esse é um tema essencial à democracia. Nessa reforma política, nós temos a oportunidade de aperfeiçoar o pluralismo político, darmos efetividade a esse pluralismo político, espaço aos pequenos partidos. (*Palmas.*) Nesta reforma política, está na hora de tirarmos os pequenos partidos do gueto! Os pequenos partidos são efetivamente colocados num gueto, quando se exclui — ou quase exclui — ou se restringe de forma perversa a sua participação no debate político e eleitoral. Ou se restringe o número de partidos, ou se deixa o sistema como está, ou seja, pluralismo amplo e irrestrito, mas efetivo. Que os partidos efetivamente tenham espaço para crescer, para representar de fato a sociedade ou parte da sociedade, conforme as ideias consignadas no estatuto do partido.

Essa cláusula de desempenho de 1% pode até ser mantida, contanto que se acabe com esse espaço perverso que é concedido aos partidos pequenos, porque se estabelece uma cláusula de desempenho, mas não se dá nenhuma oportunidade efetiva para que os partidos pequenos possam de fato ter esse desempenho exigido pela legislação.

Deve haver alguma forma de controle também, porque, assim como existem pequenos partidos com ideias e compromissos sociais, há também siglas partidárias que não são efetivamente partidos, mas siglas de aluguel, que se transformam em verdadeiro balcão de negócios. Hoje, muito mais interessante do que montar uma empresa e visar ao lucro é fundar partido para negociar lucros altos por meio de coligação partidária e tempo de televisão. O tempo de televisão acabou sendo uma forma de negociata: *“Eu tenho um partido pequeno, vou contribuir para o seu tempo de televisão e quero tantos cargos e ‘x’ em dinheiro”*. Há uma negociata vergonhosa, todos sabem. Por meio da reforma política, é preciso coibir esse procedimento.



Quanto à fidelidade partidária, está na hora de o Poder Legislativo começar a reagir institucionalmente. O Poder Judiciário tem efetivamente legislado, principalmente em matéria política e eleitoral. Isso advém do nosso sistema defeituoso, fragilizado, e da própria inércia do Poder Legislativo em legislar. É preciso uma reação institucional, porque o Poder Judiciário não foi feito para legislar, e sim para aplicar as leis elaboradas no Poder Legislativo. É isso que exige independência e autonomia dos Poderes. Nenhum Poder tem que ser mais fraco ou mais forte do que o outro, porque senão não há democracia. Precisamos fortalecer o Poder Legislativo deste País.

E fidelidade partidária de mão única é hipocrisia, é demagogia. Como se requer ou se exige fidelidade partidária a um Parlamentar, impedindo-o de trocar de partido, no caso de um partido infiel ao seu programa e à sua história? Como se exige fidelidade a um infiel? Isso é uma injustiça, isso é um estupro. É preciso que haja fidelidade de mão dupla, ou seja, que haja a possibilidade, primeiro, de os dirigentes serem destituídos, quando a direção do partido descumprir o programa partidário — e destituído na própria convenção partidária, ou judicialmente, se for o caso. Mesmo que ainda precisamos elaborar melhor isso, é preciso estabelecer uma fidelidade de mão dupla. O Parlamentar que é fiel ao seu programa partidário mas é violentado nas suas convicções políticas não pode trocar de partido simplesmente porque foi eleito pelo partido, que está sendo infiel ao seu programa. Isso é uma excrescência.

Além disso, deve haver a possibilidade do *recall*, ou seja, da revogabilidade do mandato quando o Parlamentar ou o político, no exercício de um mandato popular, esteja sendo infiel ao programa partidário ou infiel ao que efetivamente afiançou ao seu eleitor. Deve haver a possibilidade da revogabilidade popular do mandato eletivo, senão o mandato não é do povo. “*Todo poder emana do povo*”, assim diz a República democrática.

A lista fechada, em tese, é teoricamente o ideal, mas o Brasil está muito longe disso. O Brasil está muito longe de chegar a esse ideal, porque teoricamente a lista fechada favorece ou fortalece o partido, mas, para que exista a lista fechada, pressupõe-se a democratização partidária. Ou se exige uma democratização partidária — que tudo seja decidido pelo voto, e não nos gabinetes de uma cúpula



da elite do partido — ou então não há lista fechada. (*Palmas.*) Ou a escolha dos candidatos da lista é discutida por todos os filiados, em assembleia geral e irrestrita e em convenção partidária, ou então o que quer se criar é um “coronelismo partidário” (*palmas*): a elitização da participação direta do povo nos cargos públicos, como bem disse o primeiro participante, o Vereador.

A elitização é um retrocesso. Nós já vivemos em um país em que só a elite participava da vida pública. Isso incomoda! Hoje nós chegamos a um sistema no País em que, apesar de todos os defeitos, um operário pode chegar à Presidência da República. Isso é revolucionário, sem armas. Não obstante todos os defeitos do nosso sistema partidário e político, há a possibilidade de a classe trabalhadora ocupar cargos públicos, de forma democrática.

Comungo da ideia de que o financiamento público de campanha é o ideal, contanto que seja exclusivo e acabe de uma vez por todas com essa prática que propicia a corrupção eleitoral e o aliciamento do voto indevido e antidemocrático, por meio do financiamento privado, como nós temos hoje. Isso cria inclusive discrepância na disputa pelo voto. Isso não é democrático. É aristocrático e é elitizado. Há a possibilidade de que aquele que detém o capital tenha maior representação no Congresso Nacional do que a classe trabalhadora.

É claro que a sociedade é representada por segmentos sociais, e cada um representa os seus interesses. Por isso, é preciso que haja maior debate, no sentido de um financiamento público em que se estabeleçam um mínimo e um máximo, ou mesmo um critério de representação popular: é legítimo que o partido que tenha maior representação popular tenha maior financiamento público de campanha, desde que não se coloquem no mesmo gueto os partidos pequenos, como ocorre hoje.

É necessário maior período para a campanha eleitoral. Cada dia mais se encurta o período de campanha eleitoral. A população, que cada vez mais está despolitizada, acha isso bom: “*Ah, que chatice! Ainda bem que só são dois meses na televisão.*” Isso é péssimo para a democracia, porque despolitiza o voto. É preciso haver um maior período, um ano inteiro de campanha eleitoral, por que não? “*Ah, porque se gasta muito.*” Gasta-se muito?! Eleição é gastar dinheiro, não é debater ideias, não é politizar o povo, não é conscientizar o voto. É a política de



quem dá mais. Precisamos cortar isso! É preciso maior espaço de campanha, sim, de período de campanha, e mais possibilidade de debates com os candidatos, inclusive a possibilidade de audiências públicas com os candidatos, para que o povo possa perguntar e apresentar as suas ideias.

Quanto às eleições gerais unificadas, sou extremamente e veementemente contra! É um retrocesso a eleição geral unificada! Despolitiza o voto. Quem vai votar para Presidente quer saber lá por que vai votar para Vereador?! A atenção é toda voltada para Presidente da República. Defendo exatamente o contrário: que se faça uma eleição para Presidente da República e para o Congresso Nacional; uma outra eleição para Governador e Deputado Estadual; e uma outra eleição para Prefeito e Vereador. Os temas são diferentes. *“Ah, vai-se gastar muito!”* Não se gasta, não há despesa em democracia! A democracia é o maior investimento de uma nação! *(Palmas.)*

Lendo, aprende-se a ler. Escrevendo, aprende-se a escrever. Votando, aprende-se a votar. O momento do voto é aquele em que se participa, em que se discutem os grandes temas nacionais, os grandes temas do Estado, do Município e da comunidade. Por isso, deve haver três eleições: para o Município, para o Estado e para a República brasileira.

Defendemos o fim da suplência de Senador. Esse é um tema bastante recorrente na OAB, um tema tranquilo. Achamos que deve acabar a suplência de Senador. O segundo mais votado é que deveria assumir, no caso de vacância.

Quanto ao voto distrital, trata-se também de algo que seria ideal do ponto de vista teórico, mas condicional: somente se se acabar de vez com o financiamento privado, se houver financiamento público exclusivo de campanha. Assim poderíamos pensar em estabelecer o voto distrital. Por quê? Porque o voto distrital favorece o poder econômico. Se ficarmos no gueto do voto distrital, ganhará eleição quem tem maior poder econômico, maior financiamento privado de campanha. Dessa forma, estabelece-se a elitização do cargo público.

Por fim, Sr. Presidente, já agradecendo a sua generosa atenção e deliberação quanto ao meu tempo, termino propugnando o fim da reeleição para cargo do Poder Executivo. Isso também é uma defesa veemente da Ordem dos Advogados do Brasil.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Registro a presença da Deputada Estadual Goretti Reis; do Deputado Estadual Jeferson Andrade; do Vereador Valdir Santos, de Aracaju; do Sr. Alexandre Porto, Presidente da Associação Comercial de Sergipe; dos Srs. Vereadores de Indiaroba presentes; de todos os Vereadores de Aparecida e de Salgado, aos quais já fiz referência; do Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros, Sr. Gilson dos Anjos. Logo a seguir, faremos a leitura dos demais.

A audiência pública, a conferência, é para ouvirmos. Nenhuma referência ao tempo utilizado por Henry Clay, por representar a OAB como instituição. Henry Clay não representa a si próprio, representa uma entidade. Mas eu gostaria de solicitar — e não vejam aí nenhuma vontade de restringir a fala das pessoas — que sejamos objetivos, exatamente com o objetivo de podermos dar a palavra a todos os presentes. Agradeço.

Deputado Capitão Samuel, V.Exa. tem a palavra.

O SR. CAPITÃO SAMUEL - Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, eu fico ouvindo as vozes de cada um defendendo a sua bandeira e fico preocupado com uma coisa: será que nós cumprimos a lei eleitoral hoje? Porque estamos tratando de fazer uma lei nova. Queremos fazer uma reforma política. Eu pergunto: a lei atual é cumprida na sua essência? Porque fazer uma lei não quer dizer que a realidade das ruas, a realidade da política, a realidade das pessoas que fazem os partidos políticos vai mudar. É a primeira reflexão que faço, porque acho que a discussão com o povo, a discussão com as pessoas, politizando as pessoas sobre cumprir a legislação atual e até alterá-la e cumprir a próxima legislação tem que ser pensada e discutida em todos os lugares.

Isso nos preocupa, porque, de uma canetada, chegar aqui e fazer uma lei...

Eu vejo pessoas defendendo o financiamento público de campanha. Eu ando nas ruas. O que o povo está pensando em relação ao financiamento público é o seguinte: vai continuar o financiamento privado e vai vir o financiamento público. São duas coisas. É muito importante, na teoria. É bonito, na teoria, chegarmos aqui e dizermos que vamos aprovar uma lei pela qual o financiamento público de campanha vai ser exclusivo. Quem garante isso? Precisamos discutir isso de forma



profunda, com todos, porque o que o povo está falando lá fora é que o financiamento público vai ser mais uma fonte de financiamento. Mais uma, não a única, mesmo que a lei traga a exclusividade.

Outra coisa é a lista fechada. O que o povo está pensando dos partidos políticos atualmente? O que os partidos políticos estão levando ao povo no tocante à forma de se conduzir, à forma como pegam o seu estatuto e demonstram aos seus filiados e à população o que esse estatuto diz? O que os gestores desses partidos observam na sua legislação atual, no seu estatuto? E o que eles cumprem desse estatuto? Quando se percebe isso...

Vejo muitos defendendo lista fechada. Hoje as pessoas dizem nas ruas que, com o financiamento privado, a decisão sobre candidatos é muito fechada, muito elitizada. Imaginem se partirmos para uma lista fechada quão elitizado será o processo eleitoral! O senhor acha que, por acaso, um partido pequeno, que hoje chamam de partido de aluguel... Se é de aluguel, então ele se aluga a qualquer pessoa. Imaginem como o poder econômico vai alugar partidos para fazer a sua lista fechada! Aí vamos para os partidos grandes. Nos partidos grandes, as pessoas dizem que o poder econômico é muito forte. Porque o partido é grande, o poder econômico é muito forte. Imaginem se esse partido tiver o poder — o Presidente, o gestor — de decidir quem vai ser eleito, e não o povo. Imaginem como ficará isso.

Hoje, o que eu vejo o povo falando é: se por acaso discutíssemos aqui a não obrigatoriedade do voto, talvez nós tivéssemos, em cada eleição, metade dos votos que temos hoje. Mas essa metade dos votos não é porque o povo não queira participar, não, é porque o povo está descrente. E antes de caminharmos para fazer essa lei, temos que pensar nisto: fazer com que a população acredite na política, acredite nas pessoas que fazem política. E aí, as pessoas acreditando mais, com esse crédito entram na política, porque não é fácil entrar na política.

Eu tenho certeza de que, com uma lista fechada como essa, muitas pessoas que pensam ter acesso à política vão perder esse acesso, necessariamente. O que vejo, na discussão de lista fechada, é simplesmente reserva de mercado para as pessoas que querem permanecer no poder e que acham que o povo pode tirá-las. Lista fechada, hoje...



Pode até ser válido o discurso de fortalecer partido. Concordo até em fortalecermos os partidos. Agora, dá para perguntar à população o que ela pensa dos partidos atualmente? Que tal mudar a opinião da população hoje em relação aos partidos, com as atitudes dos atuais gestores dos partidos, dos Presidentes, e de nós Deputados? Quando chega a época de eleição, as pessoas falam uma coisa para a população na televisão, em propagandas, e, depois que passa a eleição, por que mudam, às vezes, o que pensam?

Eu estou querendo fazer essa reflexão porque a reforma política é importante. Agora, mais importante é politizar a população. Não vai ser com uma lei dizendo que é financiamento público, não vai ser com uma lei estabelecendo lista fechada ou lista aberta que vamos mudar a atual conjuntura. O que será que as bases de cada Deputado — encontra-se aqui o ex-Senador e nosso Deputado Almeida Lima e outros Deputados — estão pensando atualmente sobre os nossos mandatos? Do que nós prometemos durante a eleição, o que estamos cumprindo atualmente? Dizem: *“Ah, mas a população não acompanha o nosso mandato”*. É obrigação nossa dizer à população que votou em nós o que é que nós estamos fazendo.

Então, é muito bom haver essa reflexão, porque a população está pensando, e as leis têm que vir do povo e para esse povo. Não podemos, daqui de cima, discutir leis que vão para as ruas e a população não as aceitam. Talvez o descrédito para com a classe política aumente muito mais.

Esta discussão é importante, Senador. Parabéns por tê-la trazido para cá. Eu espero que os Vereadores que aqui se encontram levem essa discussão para as Câmara de Vereadores, e que, dessas discussões, saiam documentos que sejam enviados ao Presidente da Comissão para, realmente, fazermos uma reforma que esteja de acordo com o que a população está pensando, de acordo com o crescimento dos políticos que fazem os partidos atualmente e também com o crescimentos dos partidos.

Era isso, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Registro a presença da nobre Deputada Susana Azevedo; do Vereador e Presidente da Câmara de Santa Luzia, Adil Dantas do Amor; dos Vereadores de Frei Paulo — a Presidente da



Câmara, Adenilza Oliveira, e os Vereadores Vanaldo Pereira, Eguinaldo Dantas, Milton Pereira, Vilma Dantas e Maíza Almeida.

Concedo a palavra ao ex-Deputado e ex-Vereador Pedro Firmino.

O SR. PEDRO FIRMINO - Primeiro, quero parabenizar o Deputado Federal Almeida Lima e o Presidente da Câmara, Emmanuel Nascimento, meu amigo.

Quero dizer o seguinte: a lista fechada, na minha opinião, começou há muitos anos, porque eu, em 1994, tive 9 mil votos e perdi para candidato que teve 4 mil, 6 mil e 7 mil votos. Quando 98% dos votos tinham sido apurados, eu era o sexto colocado; elegeram-se sete Deputados. No final, quebraram os computadores. Quando saiu o resultado, eu era o primeiro suplente. Mesmo assim, ainda forçaram a barra para eu não assumir, mas eu assumi e fui Deputado Estadual. Sou contra a lista fechada.

E quero dizer também, Deputado Almeida Lima, que essa lei deve prever um dispositivo proibindo os empresários de doar dinheiro a candidatos. Aquele empresário que doar dinheiro a qualquer político não poderá participar de nenhuma obra pública, porque assim vamos acabar ou diminuir a corrupção.

A corrupção é muito grande. Na campanha passada saiu candidato a Deputado Federal dizendo que iria gastar 7 milhões de reais. Saiu no jornal. Sete milhões! Eu quero saber como é que um Deputado Federal que ganha vinte e poucos mil reais gasta 7 milhões de reais para ser eleito Deputado Federal. Isso é um absurdo! Eu acho que não é possível continuar assim.

Em relação ao voto de legenda, têm que ser eleitos os mais votados. Tem que ganhar as eleições quem trabalhou. Se a lista fechada vier, eu nunca mais vou ser Vereador nem Deputado, porque nenhum Executivo gosta de Pedro Firmino.

Sabem por que não gostam? Porque eu falo a verdade. Eu não participo de coisa (*ininteligível*). Eu não faço acordo. É por isso que eles não querem que eu consiga ganhar as eleições.

Todo o mundo sabe que financiamento pelo dinheiro do povo vai ser um crime maior ainda. Quais são os partidos que querem financiamento público e lista fechada? Principalmente o PT. O PT e o Democratas também. Ele está querendo também, não é? Vejo isso na imprensa. Isso é um abuso! Isso é um absurdo! O PT era radicalmente contra essas coisas. Hoje, está a favor. Como é que pode? E o



Democratas, que é contra o PT, se unindo a ele. Que saco de gato é esse, Deputado Almeida Lima!? (*Risos. Palmas.*)

Eu acho que é preciso fazer uma reforma, sim, e justa.

Parabéns a todos da Comissão que estão aqui em Sergipe, realizando este debate, esta discussão, que é importante. Agora, é preciso fazer uma reforma para dar direito a todos, sem fazer esquemas de corrupção.

Vou dizer a V.Exas. uma coisa: na campanha eleitoral, meu filho estava no Extra, parado com um caminhão que tinha o meu lema: *Feirinha da Comunidade — um trabalho social de verdade*, Pedro Firmino. Não é que o TRE passou por lá, tirou foto e multou o caminhão em 5 mil e tanto! Alegou que o caminhão estava parado dentro do estacionamento, do Extra, de uma empresa. Mas estava trabalhando. Está aí a multa para ser paga. É um abuso! É preciso ver as coisas e punir; agora, punir com justiça, não com injustiça.

Façam uma nova lei eleitoral de respeito, de valor, para servir ao povo, à Nação, não para possibilitar mais corrupção. É isso que está acontecendo pelo Brasil afora.

Outra coisa: na campanha eleitoral, o Governo manda Bolsa Família, manda cestas básicas para os Prefeitos entregarem aos cabos eleitorais. Por que isso? Isso um absurdo! Eu não tenho feira para dar, nem posso dar. Vem o Estado, manda as bolsas para os Municípios do interior do Brasil afora e distribui cestas básicas. Como é que pode, Deputado Almeida Lima!? Quer dizer, o Governo pode mandar, mas eu não posso, você não pode. Quem vai ganhar? Quem mandou a feira. Isso é um abuso!

O Bolsa Família é outra coisa: manda o dinheiro. Quem quer trabalhar mais, se manda o dinheiro já feito, pronto? E na campanha é que eles aumentam e não atrasam. Passou a campanha, começam a atrasar, a fazer novos levantamentos, para ver como é que fica.

Eu agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado.

Concedo a palavra a esse cidadão de camisa rosa, que, desde o início, pediu a palavra e levantou o microfone.



Por gentileza, identifique-se.

Logo a seguir, Elis Moura, passe o microfone para...

O SR. ALEXIS PEDRÃO - Bom dia a todas e a todos os presentes.

Eu sou Alexis Pedrão, Presidente Municipal do PSOL...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Só um segundo, por gentileza.

Mais algum dos populares deseja falar ou usar o microfone? É que, ficando lá, eu não percebo. É melhor que venham para cá. Façam a fila aqui, porque aí eu posso limitar melhor o tempo e cada um pode se autopolicar, se autocensurar em relação ao tempo. É melhor do que eu censurar.

Por gentileza.

O SR. ALEXIS PEDRÃO - Voltando, eu sou Alexis Pedrão, Presidente Municipal do PSOL. Trouxemos uma singeleza contribuição ao debate.

Antes, queremos registrar que hoje é dia 13 de maio. Há alguns anos, em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei da Abolição da Escravatura no País. Nós, negros, não comemoramos esta data, tanto que temos o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Porque se antes nós tínhamos senzalas, hoje nós temos favelas; se antes tínhamos navios negreiros, hoje temos camburões. Então, a população negra não tem nada a comemorar com o quadro que está colocado hoje, com os piores salários para a classe trabalhadora.

Nós gostaríamos de fazer esse registro, nesta sexta-feira, 13 de maio de 2011, para iniciar o debate. (*Palmas.*)

Algumas ressalvas sobre a reforma política são essenciais, e todo o mundo já disse isso. Retomando um pouco o que o companheiro Zeca colocou em relação à democracia atual, nós não entendemos que há uma democracia neste País. Sabemos que passamos por um período de ditadura, de redemocratização e que já estivemos muito pior. Agora, dizer que existe uma democracia, de fato, neste País, não existe. Isso ficou bem nítido nas eleições passadas. O companheiro abordou a questão do tempo de campanha, e outros companheiros presentes já falaram sobre o assunto. Então, reforço a necessidade de fazermos, de fato, uma reforma política.

Segunda questão: democracia é participação popular (*falha na gravação*) de fato. Gostaria que não houvesse só uma Assembleia Legislativa, mas um Batistão



cheio de gente, todos discutindo e toda a população se envolvendo nessa discussão; que pudéssemos ir às escolas, às universidades para fazer uma ampla discussão.

Temo que esse projeto, como outros, seja acelerado para benefício de partido A, B ou C e não leve em consideração o conjunto da população. Para evitar isso, precisamos radicalizar e reforçar mecanismos como o plebiscito, os projetos de lei de iniciativa popular...

Por fim, não é porque é uma reforma que, necessariamente, ela é boa. Nos últimos anos, no País, temos assistido a uma série de reformas que tem prejudicado muito a classe trabalhadora e a juventude, como a reforma da trabalhista, as reformas sucessivas da Previdência. Inclusive, já estão discutindo outra. Espero que não aumentem mais o tempo de aposentadoria, porque eu não quero morrer trabalhando, nem quero que as futuras gerações também tenham esse fim. Não é porque é uma reforma que isso, necessariamente, é bom.

Temos também receio de que essa reforma venha a diminuir mais ainda o espaço dos partidos pequenos e possamos tender a uma bipartidarização do sistema, como acontece nos Estados Unidos e em alguns países, onde partidos pequenos sequer são conhecidos pelo conjunto da população, porque ficam entre os democratas e os republicanos. E lá há uma democracia reconhecidamente frágil, muito fraca. Inclusive, houve muitos processos de fraudes nas últimas eleições nos Estados Unidos. Isso é uma evidência.

Então, nós achamos que essa reforma tem de caminhar para um lado positivo de fato. Não é porque é uma reforma que, necessariamente, é positiva.

Pois bem, eu trouxe três elementos para contribuir com o debate, até porque o tempo não é muito longo e há muitas pessoas querendo falar. Dois já foram comentados. Eu queria trazer mais um, que também é bastante polêmico.

O primeiro é em relação ao financiamento público de campanha. É, sim, financiamento público de campanha. É preciso acabar com essa maracutaia de empresário utilizar o Estado como balcão de negócio, e candidato gastar 7 milhões e tanto de reais, como foi colocado.



O ano de 2012 vem aí. Nós vamos fazer uma listinha de quanto o candidato gasta — está cheio de portal da transparência, etc. — e vamos perguntar de onde está vindo isso, porque essa relação tem de acabar.

E não só o financiamento público. O Capitão Samuel solicitou punirmos severamente o financiamento privado. Que essa história da corrupção não acabe sempre em pizza, como a população está acostumada a colocar, mas que, de fato, tenhamos uma punição para esse processo.

O segundo ponto, abordado rapidamente pelo Zeca e que quero retomar, diz respeito à revogabilidade dos mandatos.

Ora, se houve um problema sério de corrupção e o Parlamentar renunciou, na outra eleição já pode se candidatar? Por que temos de esperar 1, 2, 3 ou 4 anos para tirar a sujeita ou o sujeito que está lá, sendo que poderíamos fazer isso antes? Por que temos de esperar tanto tempo para tirar alguém que nós mesmos colocamos lá? Por que temos essa amarra? Qual é o problema da revogabilidade dos mandatos? Alguém aqui tem medo de ter seu mandato revogado a qualquer momento pela população? Se tem medo é porque está com o rabo preso e tem algum problema. Nós não vemos nenhum problema na revogabilidade dos mandatos. Se nós colocamos lá, nós devemos ter o direito de tirar a qualquer momento.

Por último, a questão do fim do Senado, que exploramos durante as eleições. O Senado é uma instituição criada nos Estados Unidos — volto a dizer, um país com democracia frágil — com o intuito de manter o sistema escravista. Isso desceu para várias democracias na América Latina, inclusive a brasileira.

Mas o que significa o fim do Senado? Afinal, o que acontece com o Senado? A nossa defesa é que haja um Parlamento unicameral, onde não haja Deputados Federais e o Senado como a Casa daqueles políticos mais velhos, que já se aposentaram e ficam lá oito anos votando não se sabe o quê, como é o caso do Código Florestal, e só tendem a defender o agronegócio. Foi uma baixaria aquela votação. Então, queremos propor o fim do Senado e um Parlamento unicameral.

Desejamos colocar essas três propostas, contribuindo para o debate.



Uma última coisa: como somos humanos, seres pensantes, nós, do PSOL, não gostamos de ficar só nesse debate sobre reforma. Essa reforma vai modificar algumas questões do Estado, alguns aspectos da legislação.

Para finalizar, então, gostaria de fazer uma reflexão sobre algo que acho importante, ou seja, se precisamos, necessariamente, de um Estado. O Estado foi uma criação, em determinado momento da história, da humanidade. Será que, necessariamente, precisamos viver sempre com o Estado? O Estado está assentado em uma lógica social de superexploração, de lucro, de competitividade. Se não descermos à raiz e não discutirmos essas questões na sociedade, pode ser que as reformas do sistema político e do Estado não mexam naquilo que, de fato, está movendo a sociedade.

Então, gostaríamos de deixar esse assunto para a reflexão dos senhores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Registro a presença de Esmeraldo Leal, dirigente do MST; dos Vereadores de Poço Verde João Ramalho, Rita de Cássia, Damares Cavalcanti, João Raimundo, Gileno Alves, Luciano, Pedro Rodrigues; de Leonardo Dias, Secretário Político do PCB; e dos Vereadores de Laranjeiras Luciano do Santos, Presidente da Câmara Municipal, Mauro Silva, Ceíça Franco e Carmem Almeida.

Com a palavra o Sr. Cesário Silva.

O SR. CESÁRIO SILVA - Muito bom dia a todas e a todos.

Meu nome é Cesário Silva, sou membro da plataforma de 31 entidades nacionais que estão discutindo a reforma política. Também sou Secretário-Geral do Movimento Evangélico Progressista.

Gostaria, neste momento, de cumprimentar o meu pastor, Antônio dos Santos, que está na Mesa, e a querida Luiza Erundina, muito bem lembrada por estar aqui neste momento. Trabalhei no Governo da Erundina, em São Paulo, nos anos de 1990. Em sua pessoa, querida companheira, gostaria de cumprimentar os demais companheiros que fazem parte dessa seleta Mesa.

A temática que estamos colocando na ordem do dia é do interesse de todas as brasileiras e brasileiros.



A plataforma elaborou e distribuimos para os senhores um texto-consulta, que está reduzido em quatro eixos importantes: fortalecimento da democracia direta, democracia e fortalecimento dos partidos políticos, reforma do sistema eleitoral e controle social do processo eleitoral.

Essa é a produção da plataforma de que o MEP — Movimento Evangélico Progressista faz parte. Nós a criamos e estamos discutindo em todos os Estados da Federação.

Estamos pedindo à sociedade organizada e democrática: vamos nos unir e nos mobilizar, porque este é o momento do nosso destino, do destino do nosso País. Tenho certeza de que cada brasileiro, cada representante de entidades aqui presente tem consciência da importância deste momento. E esse movimento não vamos levar somente nesta conferência. Ela tem de se desdobrar no Estado de Sergipe, através das entidades organizadas e democráticas, como o MEP — Movimento Evangélico Progressista.

Sr. Presidente, meus parabéns e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Vereador Emanuel Nascimento.

O SR. EMANUEL NASCIMENTO - Quero saudar todos da Mesa na pessoa do Deputado Almeida Lima. Quero agradecer todos que fazem parte desta Comissão da Reforma Política por estarem entre nós para discutir esse tema tão importante. Sejam bem-vindos à cidade de Aracaju.

Quero saudar todos os presentes no plenário, os Deputados Estaduais e Federais, os trabalhadores e, especialmente, os meus companheiros e amigos Vereadores do Estado de Sergipe. Boa parte está aqui para participar deste momento importante da política brasileira.

Ouvindo o discurso dos meus companheiros, comecei a analisá-los.

Vejam bem: um tema importante como este — reforma política — que estamos discutindo, como disseram diversas pessoas e diversas lideranças, entre quatro paredes na Assembleia Legislativa. Mas está havendo a discussão.

A política é algo muito importante na nossa vida. Comecei a imaginar as pessoas da população que não têm nem condições de discutir reforma política e não sabem nem o que é política, porque nunca lhes ensinaram sobre isso na escola. No



ensino fundamental e no ensino médio, não ensinaram à população a se conscientizar, a avaliar, a ter conhecimento da política, para que, num momento destes, as pessoas tivessem condições de discutir.

Então, precisamos aproveitar essa oportunidade para colocar essas questões, mostrar que é importante, cada vez mais, começarmos a esclarecer e a trazer informações à população sobre política, para, nestes eventos, ela ter condições de debater política, esse tema importante.

Não existe nada no mundo sem política. No Vaticano, há política, assim como em todos os países há política. Por isso, precisamos saber política.

Vou dar um exemplo de política. Sou uma pessoa do povo. Vim dos bairros de Aracaju. Sou filho de trabalhadores. A primeira vez que ouvi falar em Marx eu tinha 31 anos de idade, porque pelas escolas onde passei ninguém me ensinou quem era Marx.

Sou aluno de escola técnica, de escola industrial, preparando-me para ser um técnico da área industrial, e vim saber quem era Marx depois que entrei na política e fui estudar Direito. Por quê? Porque o meu País, o meu Estado não me deu condições de aprender política, de conhecer política, de participar da política.

Quero agradecer ao povo que está presente neste momento e falar também em nome dos companheiros Vereadores do Estado de Sergipe.

Quero falar sobre o poder econômico nas eleições. Esse poder é que está resolvendo os problemas das eleições. Quem está elegendo o representante do povo é o poder econômico. Quem está se elegendo nos Municípios é aquele que tem mais condições de mobilização. Quem está se elegendo nos Estados também são as pessoas que têm condições de fazer a mobilização política.

Isso é percebido e acompanhado pelas pessoas, todos os dias, até pelos membros do Congresso Nacional.

Mas, além dessa força grande, da força do poder econômico nas eleições, temos outras forças.

É importante que, neste momento, também discutamos o mandato parlamentar, porque acaba o cidadão fazendo um bom mandato parlamentar, e, na hora das eleições, o povo não vota naqueles que fazem um bom mandato parlamentar; o povo vota naqueles que têm uma grande prestação de serviços na



comunidade. Às vezes, o povo nem valoriza o Parlamento. Eles perguntam: “O que você faz lá?” Para o povo, quem faz é quem presta serviço na comunidade.

Então, temos de aproveitar este momento da política, este momento importante do povo brasileiro para discutir a reforma política, para fazer uma reforma política em que a democracia, cada vez mais, seja fortalecida, e, assim, possamos valorizar a representação da população, a fim de que os Parlamentares, os políticos sejam mais legítimos.

É preciso que todos defendamos uma reforma política bem ampla que, na realidade, seja emanada da vontade do povo brasileiro.

Era esta a nossa participação, Deputado Almeida Lima e companheiros presentes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, Vereador Emanuel Nascimento.

Concedo a palavra ao próximo orador.

O SR. JERÔNIMO DA SILVA SÉRGIO - Bom dia.

Eu sou o Jerônimo. Estou aqui representando o CONAL, Conselho de Ligas da Arquidiocese.

Quero saudar o nobre Deputado Almeida Lima por estar nesta grande cruzada nacional e, por intermédio de sua pessoa, todos os membros da Mesa.

Quero também, particularmente, saudar a grande Deputada Luiza Erundina pelo seu grande pioneirismo no Movimento Político pela Unidade e que, no Congresso Nacional, tem abrilhantado essa grande iniciativa revolucionária.

Lembro um grande político contemporâneo, não brasileiro, um homem que, pelo suas ideias, é referência mundial: Iginio Giordani, italiano que lutou na Primeira Guerra Mundial.

Ele dizia que a política é o amor dos amores. Faz-me crer, na condição de psicólogo, que o cidadão, quando se lança para o mundo político eletivo, não é simplesmente uma pessoa que quer aparecer, que quer holofotes sobre ele; quer, sim, trabalhar pelo povo, se ele tem em sua alma o desejo de servir. Por essa razão eu curto muito esse pensamento do Iginio Giordani: a política deve ser o amor dos amores, porque quem está no cargo eletivo está ali para servir.



Houve um grande filósofo que disse: *“Penso, logo existo”*. No mundo contemporâneo, em relação a essa questão que hoje vivemos, do consumismo do mundo capitalista, o homem atual é muito visto por aquilo que ele tem. Ou seja, tenho, logo sou. Mas há uma grande pensadora — vou me referir sempre à pátria italiana — que diz: *“Amo, logo existo”*. Daí por que fazemos essa junção da política amor dos amores e o amar, logo existir.

O que vemos? Nessa grande reforma política, eu, como cidadão que paga os impostos em dia, vivo daquilo que ganho. A partir do momento em que alguém, no exercício de cargo público, seja ele eletivo, seja ele do serviço público, se for envolvido em alguma prática de corrupção, ele deve ser logo afastado do cargo, até que prove o contrário.

E, ficando constatado que esse homem público tenha, de fato, culpa — porque conforme o ditado popular, “onde há fumaça há fogo” —, ele deve ser alijado, de uma vez por todas, da vida pública brasileira.

Isso porque vemos casos e mais casos de políticos que, pela evidência das situações, têm culpa no cartório, mas, devido aos conchavos políticos, devido ao corporativismo da classe política, retornam à vida pública, ao Congresso Nacional etc.

Não estou querendo citar nomes, mas acho que, nessa reforma política, deve conter, sim, que o homem público, seja ele eleito ou não, se tiver envolvimento com corrupção, tem de ser alijado, até que prove o contrário.

Também acho que, em relação a essa reforma, como foi pensada essa cruzada nacional e como já foi dito, precisa, sim, ouvir as bases.

Na condição de psicólogo, o que me chama a atenção é o fato de que, quando assistimos pela televisão, ouvimos no rádio ou lemos no jornal casos de corrupção e tudo dar sempre em pizza, nós ficamos frustrados.

Quando imaginamos essa reforma política é pensando nas gerações futuras. Inclusive, Gérson, o grande jogador da seleção da Copa 70, afirmou que tem uma grande revolta quando falam: *“Penso como o Gérson, levar vantagem em tudo”*. Ele abomina esse comercial que fez. Hoje, as novas gerações, querem levar vantagem em tudo.



Então, ver um político, um homem público, nesse contexto de corrupção, levando vantagem em tudo, na geração futura estará sendo introjetada essa cultura corrupta.

É preciso, sim, que, nesse contexto de reforma política, se o homem público que exerce cargo eletivo ou esteja em comando de órgãos administrativos estiver envolvido em corrupção que ele seja, de fato, alijado do processo.

Esta é nossa contribuição, neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Sa. e concedo a palavra à nobre Deputada Presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, Dra. Angélica Guimarães.

A SRA. ANGÉLICA GUIMARÃES - Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento os membros da Mesa na pessoa do Senador Almeida Lima, do Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, e das Deputadas Iris Rezende e Luiza Erundina.

Cumprimento, ainda, os colegas Deputados Estaduais e os Deputados Federais presentes, os Vereadores de todo o Estado de Sergipe que participam desta reunião, os presidentes de entidades, como a OAB, presidentes de instituições, enfim, todos os amigos presentes neste plenário e nas galerias da Assembleia. Sintam-se todos cumprimentados e abraçados, porque esta é a Casa do povo e essas discussões devem passar por aqui.

Senador Almeida Lima, gostaria de dizer da importância deste tema para a vida das pessoas em todo o Brasil. A reforma política realmente precisa ser muito debatida. Após esta reunião, tenho certeza de que debates vão continuar acontecendo nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, pois todos os dias se debatem temas de política, sejam de política partidária, sejam de política institucional.

Nesta Casa, a Assembleia Legislativa de Sergipe, realizamos uma reunião com os representantes de todos os partidos e com os Deputados Estaduais, para que cada um deles pudesse informar a sua posição. Diante de tantos pontos polêmicos da reforma política partidária, cada um pôde externar sua posição pessoal e a posição do seu partido na Assembleia Legislativa.



Dessa reunião, elaboramos uma pauta de pontos de concórdia e de discórdia, para que pudéssemos, com base no sentimento da Assembleia, produzir um documento e entregar a V.Exa., Senador Almeida Lima — e eu o chamo de Senador porque V.Exa. já ocupou esse cargo e para nós continua Senador. V.Exa. fez um grande trabalho no Senado Federal e continua fazendo um grande trabalho na Câmara dos Deputados. Portanto, o nome fica. Todo o Sergipe se orgulha do trabalho do Deputado Federal Almeida Lima.

A Assembleia produziu esse documento em que registrou os pontos de concórdia e de discórdia. Creio que, pelo menos, os pontos de concordância irão ajudar.

Sabemos que a reforma é polêmica, sim. E se pudermos aprovar dois ou três pontos sobre os quais haja concordância de todos nós, já estaríamos avançando muito, porque, daqui a pouco, se não tivermos cuidado, não vamos ter *quorum* para votar essa reforma, pois cada um pensa de uma forma. Se não destacarmos com objetividade quais os pontos sobre que todos concordam para, pelo menos, em relação a eles avançar, essa reforma vai findar, como tantos outros projetos, sem ser votada na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal.

Na reunião aqui realizada, tivemos como Relatora a Deputada Conceição Vieira, e gostaríamos que ela relatasse aqui a vontade da maioria dos Deputados Estaduais desta Casa.

A maioria foi contra a lista fechada e a favor da unificação das eleições. Foram dois pontos de concordância.

Então, gostaríamos que V.Exa. passasse a palavra para a Deputada Conceição Vieira, Primeira-Secretária da Casa.

Aqui, Deputada Luiza Erundina, os homens deixaram que comandássemos no poder. Somos apenas seis no Parlamento. Eles votaram, e nós agradecemos — voto por aclamação.

Então, este Poder é comandado por mim, Presidente da Casa, e pela Deputada Conceição Vieira é a Primeira-Secretária.

Muito obrigada, Deputado Almeida Lima, por ter vindo ao nosso Estado e por bem representar Sergipe na Câmara dos Deputados.

A todos os que compõem esta Comissão desejamos sucesso.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Câmara dos Deputados agradece a V.Exa. e aos Deputados Estaduais a acolhida extremamente positiva a todos nós e ao povo de Sergipe. (*Palmas.*)

Com a palavra a querida Deputada Conceição Vieira.

A SRA. CONCEIÇÃO VIEIRA - Meus cumprimentos a todas as pessoas que vieram participar deste encontro democrático para o avanço na política nacional.

Meus cumprimentos todos da Mesa e deste plenário na pessoa do Presidente desta Comissão, Deputado Federal Almeida Lima, que está em caravana pelo País, com os demais Deputados e Deputadas, para a construção dessa ampla reforma democrática.

Numa Casa democrática, é natural haver muitas divergências, mas conseguimos fazer uma discussão com a maioria dos Deputados e Deputadas e chegamos a alguns pontos de convergência, embora, inicialmente, achássemos que ia ser muito difícil. Por exemplo, a unificação das eleições foi um ponto de convergência e que o período eleitoral seja o mesmo para as três esferas, municipal, estadual e federal.

No que se refere à reeleição, todos que estavam presentes se colocaram contrários à reeleição executiva. A Casa tem unanimidade com relação a esses dois pontos: à unificação das eleições e à extinção da reeleição.

Quanto ao financiamento público de campanha, há diferença apenas de metodologia. O DEM e o PT, por incrível que pareça — parece que foi o Pedro Firmino que disse que o DEM e o PT estão juntos —, na reforma política, têm muitos pontos em comum mesmo. Divergimos o tempo inteiro, mas na reforma política há pontos convergentes.

No que diz respeito ao financiamento público, à metodologia para o financiamento, as pessoas e os demais partidos defendem o financiamento público, o DEM e o PT... no entendimento da maioria do DEM é de que fosse lista preordenada, mas que financiamento público não é colocar o dinheiro na mão dos candidatos, mas na estrutura do processo de eleição

Por isso, o DEM e o PT fazem uma relação entre o financiamento público e a lista preordenada.



Outro ponto convergente é a suplência de Senador: que o segundo mais votado seja o primeiro suplente e o terceiro mais votado, o segundo suplente. Então, extinguir a suplência de Senador. Esses foram os pontos de maior convergência.

Com relação à lista preordenada, somente o PT e o DEM — a maioria do DEM, porque, como a Deputada Gorete disse bem “*que a minha posição não era essa*” — defendem a lista preordenada; os demais partidos e demais companheiros e companheiras entendem ser uma metodologia não muito democrática. Nós respeitamos e estamos colocando no documento as duas posições.

Voto majoritário para as eleições parlamentares. Todos concordam, menos o DEM e o PT — aí ocorreram as divergências mais fortes. O DEM e o PT não são favoráveis ao voto majoritário, assemelhando-se ao distritão, mas os demais partidos, sim.

A votação em legenda. O PT e o DEM entenderam que há importância nisso. Até para proteger os partidos menores — discussão está sendo aberta no Congresso pelo Senador Valadares — no que diz respeito à federação dos partidos, o DEM posicionou-se pela sua defesa. O DEM defende a federação de partidos como forma de garantir a presença mais democrática dos partidos pequenos no processo de eleição.

Os pontos principais foram esses.

A Casa fez uma discussão prévia e tirou esses encaminhamentos que estamos apresentando hoje e com os quais esperamos contribuir, porque se for colocado tudo o que se pensa em termos de reforma política não vai sair votação alguma.

Pegando os pontos principais — e esses são pontos principais —, há possibilidade de votação ainda este ano. Mas, se quisermos que ela seja muito mais profunda e mais ampla, será muito difícil passar este ano ainda, até final de setembro, para valer para a próxima eleição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL - Quero saudar o Presidente da Comissão, Deputado Almeida Lima, e a Presidente da Assembleia, Angélica Guimarães. Parabéns a



Comissão e o Deputado Almeida Lima pela presença. No momento em que foi instalada a Comissão em Brasília, imediatamente apresentei um requerimento solicitando — consultei a sua assessoria —, e foi aprovado por unanimidade, a realização deste debate.

Estamos programando debates com movimentos populares.

A Comissão que aqui está representa muito bem o Congresso Nacional, as forças políticas e a luta permanente que todos devemos fazer por uma sociedade mais democrática e participativa. Não deve haver pressa para aprovar a reforma política. Devemos fazer exatamente isso: debater em todos os locais e utilizar ao máximo os meios de comunicação para termos no dia a dia uma sociedade mais democrática.

Só queria fazer este registro e parabenizá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao nobre Deputado João Daniel.

Tenho a honra de registrar a presença do Deputado Estadual José Guimarães, além de Nilo de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sergipe.

Concedo a palavra a Pedrinho de Balbino, ex-Prefeito de Tomar do Geru, ex-Deputado Estadual, ex-Vereador e meu amigo.

O SR. PEDRO DE BALBINO - Quero saudar a Mesa na pessoa do amigo Almeida Lima, Deputado Federal que representa Sergipe no Congresso Nacional, como também saudar a Deputada Angélica Guimarães, a primeira mulher a presidir esta Casa. Fomos colegas quando Prefeitos e quando Deputados, e vejo que ela continua a brilhar na vida pública.

Saúdo os presentes no plenário na pessoa dos Vereadores de Tomar de Geru, especialmente dos que vi — Tonho de Nezinho, Vanio, Jaburu e Domingos do Lopes

Saudar finalmente os Deputados na pessoa do Deputado Estadual Zezinho Guimarães.

Ouvi muitas propostas. Concordo com algumas, discordo de outras. A democracia é bonita como uma criança e feia como um carrasco. Não fosse assim, não teria sido a democracia participativa a decidir a vida de Jesus. Pôncio Pilatos



lavou as mãos depois que o povo pediu que deixassem Barrabás vivo e que crucificassem Jesus.

Com isso, quero dizer que temos de estar sempre aprimorando a democracia. A discussão sobre a reforma política é saudável. Se formos querer, como bem disse a Deputada Conceição Vieira, uma reforma ampla como se precisa, como se imagina ou como se sonha, dificilmente este ano teremos alguma reforma política aprovada.

Mas quero solicitar aos Srs. Deputados Federais que fazem parte da Comissão de Reforma Política que levem a ideia de Sergipe, se for possível: que esta Comissão de Reforma Política passe a ser uma Comissão Permanente na Câmara Federal, para que possamos aprimorar o exercício da democracia não apenas nas eleições. Que se debata os pontos sobre os quais não houve convergência neste momento, que haja uma discussão permanente, e aí, quem sabe?, um dia, vejamos o assalariado, o trabalhador rural, o sem-terra, o sem-teto participando efetivamente da vida e da discussão política.

Concordamos em que a coincidência das eleições tem de ser um ponto definido já neste ano. Chega! Quem já foi ou é Prefeito ou Governador sabe o que é administrar uma eleição no meio do mandato. É terrível, porque, quer se queira, quer não se queira, não se pode separar o administrador do político; termina se envolvendo a administração e termina sendo desvantagem para quem não está no poder.

Então, a coincidência das eleições deve ser um ponto a ser debatido à exaustão e ser votado já para as próximas eleições.

Como dizem os grandes pensadores – e eu concordo com eles; quem sou eu para discordar –, devemos discutir não o pensador, mas o pensamento, não quem está apresentando a ideia, mas a ideia. Pelo amor de Deus, a lista fechada é muita saudade do coronelismo.

Quando criança, tive uma formação política. O meu pai era político na pequena cidade de Tomar do Geru, e não podíamos passar na calçada do adversário dele, nem os filhos do adversário na calçada do meu pai. Essa lista fechada é voltar a esse tempo. A juventude vai participar da vida política? A juventude participará na lista fechada? Como? As minorias — invertendo os valores,



já que a maioria é negra, mas a minoria na participação da vida pública é do negro — participarão da vida política? Não. A lista fechada é muita saudade do coronelismo. Discordo totalmente dela.

Na minha visão, não tem nada a ver lista fechada com financiamento público. Não tem nada a ver! Como diz minha mãe: “*Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.*” Lista fechada é uma coisa, financiamento público é outra coisa.

Nós, políticos, somos produto do eleitor. Eu vejo eleitor reclamar do político que elegeu, e, às vezes, ele até esquece de que votou naquele político, que nós somos fruto dele. Esta Casa é fruto do eleitor sergipano, o Congresso Nacional do eleitor nacional. Quando há um mau político é porque houve um mau eleitor. Quem sabe aquele que se vendeu ou trocou seu voto.

Quando eu era Prefeito, fomos certa feita a Brasília; estivemos reunidos em uma audiência com o Presidente da República. Havia um movimento nacional que lutava pela reeleição, e, naquele momento, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso não mandou o projeto para o Congresso, e ficamos todos revoltados. Hoje, eu digo que — a reeleição veio depois que eu saí da Prefeitura — um dos grandes males da democracia brasileira é o instituto da reeleição. Sei que há aqueles que defendem que não haja reeleição, imaginando outros projetos. Eu defendo a não reeleição imaginando o projeto de uma constante reforma da democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra à Presidente do PSTU.

A SRA. VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA SALGADO - Boa tarde a todos e a todas.

Nós, do PSTU, achamos muito importante este debate, e aqui foi criada a Frente Parlamentar para fazer o debate com a participação popular em torno da reforma política, assim como a plataforma dos movimentos sociais que nós, do PSTU, também integramos.

A democracia pressupõe a liberdade da expressão das ideias e a participação direta das pessoas. Significa dizer que quem faz a discussão das ideias precisa ter condições para isso. O regime político brasileiro, em que pese a ser democrático, se



for aprovado nos moldes em que está se apresentando agora, a estreiteza democrática política do Brasil tende a ficar ainda menor.

Por isso, essa reforma tem de ser no sentido de ampliar a democracia política no Brasil. Significa dizer que todas as correntes políticas devem ser ouvidas, e, para que sejam ouvidas, precisam ter condições de ser ouvidas. Significa dizer que, nas eleições, todos os partidos devem ter o mesmo direito, o mesmo tempo para apresentar o seu programa político ao conjunto da população em todas as esferas, o mesmo tempo nos debates e nas entrevistas políticas. Sabem por que? Porque os principais veículos de comunicação deste País são o rádio e a televisão. A eles todo o povo tem acesso. São os mais democráticos porque entram na casa de todas as pessoas. Mas o regime eleitoral e político, hoje, no Brasil não permite isso.

Então, também o financiamento de campanha não pode ser da forma como hoje se processa, porque o sistema existente privilegia as grandes campanhas e os grandes partidos. E a corrupção que hoje campeia no Brasil, em regra, tem uma relação direta com os financiadores de campanha. Há os corruptos, que são os Parlamentares e os executivos, e há os corruptores, que são as grandes empresas que financiam as campanhas desses senhores, que, ao ser eleitos, vão governar de acordo com os interesses daqueles que financiaram suas campanhas.

Por isso, defendemos que o financiamento de campanha deve ser público, porque o cargo é público. Ele tem que ter um limite, não pode ser qualquer valor. Tem de ter um valor limitado.

Do mesmo jeito, se é para ser democrático, não pode ter cláusula de barreira; senão, cerceia a participação dos partidos menores, impede que eles se desenvolvam e cresçam, favorece os grandes partidos. E, aí, vamos ter um sistema muito semelhante ao dos Estados Unidos, em que o povo só conhece o Partido Republicano e o Partido Democrata. Queremos que o nosso povo conheça todas as formas de pensamento. Isso é democracia.

Portanto, temos o direito de eleger e de tirar todos aqueles que elegemos na hora em que for necessário, quando ele não cumprir o seu programa, o programa para o qual ele foi eleito; quando ele estiver envolvido em corrupção. Quando uma pessoa comum comete um crime, não tem fórum privilegiado nem que esperar: é punida imediatamente. Assim também tem de ser com aqueles que governam, em



nome do povo; senão, não vamos ter uma reforma política que garanta a democracia em nosso País.

Significa dizer que agora, nas próximas eleições, todos os partidos, de qualquer tamanho, poderão expressar o seu pensamento. É falsa a ideia de dizer que é para acabar com os partidos de aluguel, porque quem é mercenário vai se juntar de qualquer jeito. Os que vão ser cerceados aqui serão, de fato, os partidos tidos como ideológicos, que expressam o pensamento da esquerda brasileira, são partidos como PSOL, PCB, PCO e PSTU. E dizemos isso porque vivemos nas ruas.

O sistema político brasileiro não é acreditado porque a corrupção campeia nesse processo e o povo não se sente representado porque os programas apresentados no período eleitoral não são aqueles implementados quando os candidatos são eleitos. Se fosse assim, o salário mínimo não seria de 545 reais, os problemas da saúde e da educação estariam resolvidos, porque as promessas de campanha não são cumpridas. Elas têm de ser cumpridas, e aqueles que não cumprirem têm de perder o mandato, sim. Aquele que trabalha se não for trabalhar, perde o emprego. Por que o eleito que não cumpre o que prometeu tem o mandato garantido? Por quê? Em nome do quê?

Então, para garantir a democracia neste País, essa reforma tem de assegurar que o espaço democrático seja superior ao que é hoje; significa dizer que o voto distrital não pode acontecer. Seria uma volta ao período colonial, favorecendo a políticas dos coronéis que todos abominamos, com as listas fechadas, mas também com o voto distrital. É preciso que ela seja proporcional, como é hoje, um voto muito mais democrático.

A reforma política também não pode ficar limitada somente a esse espaço aqui, em que pese a toda a representação. Para que ela possa existir e ser democrática de fato, será preciso fazer um plebiscito e que a população dele participe. Senão, estaremos aqui falando em nome do povo, mas o povo está trabalhando lá fora. O povo está nas escolas, o povo está nas ruas. Ele precisa participar. O plebiscito é fundamental para que possamos abrir um processo democrático neste País e que de fato atenda às necessidades do nosso povo. Hoje, governa-se em nome do povo, mas não se governa para o povo. É preciso inverter essa ordem. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Sa. as palavras.

Passo à presidência dos trabalhos ao 1º Vice-Presidente, Deputado Edinho Araújo, porque se eu não for à tribuna fazer uso da palavra na condição de membro desta Comissão, não de Presidente, esta audiência também não será democrático, e eu preciso exercer esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Almeida Lima, que vai falar na condição de membro da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados, que realiza, nesta oportunidade, uma audiência pública em Aracaju.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Imaginem. Prefeito Ivan Leite e Deputadas Goretti Reis e Ana Lúcia. se eu resistiria, estando na Assembleia Legislativa, não vir a esta tribuna que usei muitas vezes na qualidade de Deputado Estadual.

Meus cumprimentos a todos e a todas, indistintamente.

Quero fazer, primeiro, um questionamento, e, com duas perguntas, chegarei a uma conclusão.

Embora a grande maioria seja de políticos militantes, eu pergunto: será que a sociedade brasileira está satisfeita com sua classe política? Tenho a impressão de que não. Será que a sociedade brasileira enxerga nas eleições compra e venda de votos? Será que enxerga demagogia, falsas promessas, corrupção? Acredito que a resposta seja "sim".

Está aí a justificativa para a reforma política. Precisamos aprimorar as instituições democráticas do País.

É claro que não vivenciamos a democracia que desejamos. É uma democracia. Pode até satisfazer a alguns; a outros, não. Portanto, o objetivo é aprimorar. Não se deseja uma nova ordem político-eleitoral partidária na legislação brasileira, até porque muita coisa que aí está serve; está bom, está de bom tamanho. Não se pretende, portanto, derrubar a casa, mas apenas alguns dos seus compartimentos. Daí justificar-se a reforma, não uma nova ordem jurídica.

Uma outra pergunta, sem qualquer interesse menor, mas trazendo um exemplo maior, grandioso. E faço a pergunta aos sergipanos, porque os meus



companheiros de Parlamento não devem conhecer essa realidade. Quero falar sobre sistema eleitoral. Pergunto às senhoras e aos senhores: se o sistema eleitoral, na última eleição, fosse em lista fechada preordenada, eu estaria hoje Deputado Federal?

(Manifestações da plateia.)

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Esta é a pergunta sobre a qual gostaria de ver os sergipanos se manifestarem, num som melhor: se fosse em lista fechada preordenada, Zezinho, eu estaria hoje Deputado Federal?

(Manifestações da plateia.)

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Não. Portanto, não serve.

Alguém já disse que não temos ainda estrutura de democracia interna nos partidos.

Acho que não preciso falar mais.

E não sou apenas um exemplo isolado; faço parte de um conjunto: um partido que elege três, quatro Deputados Federais.

Em sendo lista fechada preordenada, um estudante que fez política estudantil e que, ao sair da faculdade, queira candidatar-se, em qual posição ele será colocado pelo partido na lista? Será que os partidos vão se abrir para a juventude?

Para mim, o que vale são as diretas, sempre, até porque o voto fechado em lista preordenada, meu querido jurista Henricley, é inconstitucional. Acho que em quatro palavras eu vou mostrar isso.

O parágrafo único do art. 1º da Constituição diz que o poder emana do povo, que o exerce diretamente, através de plebiscito, referendo, iniciativa popular — e se Deus permitir, e depender da minha vontade, também do instituto da revogação de mandatos — ou através de seus representantes.

O art. 14, complementando, diz que, pelo sufrágio universal, votam pretos, brancos, ricos, pobres, alfabetizados, analfabetos, todo mundo, e por voto direto.

Isso está na Constituição.

Numa linguagem direta: o poder emana do povo, que o exerce através de seus representantes, eleitos pelo voto direto.



Há uma lista preordenada de quinze candidatos, e eu não vou sufragar o nome de nenhum?! O direito que tenho é o de apenas colocar o número quinze, do meu partido, o PMDB?! Esse voto é direto?!

Pelo amor de Deus, parem com isso! Isso é invenção! Isso é invencionice!

Acho que precisamos aprimorar as instituições democráticas.

Financiamento de campanha... Eu ainda tenho dúvidas. Tenho dúvidas diante... Eu tenho um conflito sobre essa questão de financiamento. Por um lado, digo: será que tenho condições de justificar ao povo que vou usar dinheiro público para santinho, para carro de som? Não sei se tenho condições de explicar isso, não sei.

Mas se diz que o financiamento público diminui a corrupção, a promiscuidade. Eu tenho certeza de que, seja público, privado ou misto, poderemos evoluir; mas encontrar solução, ainda não.

Por esta razão, posso aqui até defender o financiamento público e o privado. Privado só pessoas físicas ou pessoas físicas e jurídicas. Mas apresento uma sugestão, que não é nenhuma novidade. Quando se diz que o financiamento público não é para o candidato, é para o partido, pergunto: qual o impedimento, nobres Deputados, no sistema majoritário na circunscrição, ou distritão, que é o que defendo, de o partido receber o financiamento? Então, se o financiamento é público ou privado... Para mim, ele deve se direcionar ao partido — isto é o que defendo —, e não ao candidato. O candidato não vai receber doação de quem quer que seja. Não vai receber dinheiro, não vai abrir conta, não vai realizar despesa. O partido recebe o dinheiro público e/ou privado. Contrata programa de televisão? O partido paga. O partido vai à gráfica e contrata o material gráfico e o entrega aos candidatos. O partido contrata a estrutura para os comícios, para todos usarem. O partido loca ou compra os carros de som e os entrega a todos.

Portanto, não há impossibilidade de financiamento privado incompatível com o sistema majoritário na circunscrição ou no distritão.

Quem recebe a doação? O partido. Quem realiza a despesa? O partido. O candidato não recebe doação, não abre conta, não presta contas.

Fidelidade partidária: acho importante, e deve ser mantida. Evidentemente, não a fidelidade eterna. Há uma tendência de você poder mudar de partido, desde



que cumprindo três anos, três vezes. Ou seja, seis meses antes da eleição muda-se de partido.

Domicílio eleitoral e filiação partidária. Não é preciso que seja um ano. Por que político, principalmente Deputado e Senador, tem mania de votar contra si, contra a classe política, só criando dificuldades? Por que não posso sair de um Município para outro, de um Estado para outro, seis meses antes da eleição, para poder me candidatar e filiar-me a um partido? Por que tem de ser um ano? Alguém teria uma justificativa para isso? Eu não tenho.

Judicialização do processo eleitoral e criminalização das campanhas eleitorais. Para mim, isso é a coisa mais odiosa que se pratica em Sergipe. Disse isso em outros Estados e na Câmara Federal, mas guardei para dizer na tribuna da Assembleia Legislativa de Sergipe. Faço um apelo para que o Ministério Público Eleitoral tenha um comportamento linear, correto, não equivocado, como manifestado nas últimas eleições em Aracaju, em Sergipe. Propaganda, campanha eleitoral é como se fosse uma atividade ilegal em Sergipe. O Ministério Público, federal e eleitoral, convoca os seus agentes, funcionários, e dão a eles um colete escuro com o letreiro luminoso: "Agente do Ministério Público". Aí, estou num cruzamento, na Beira Mar para o Shopping Riomar, para a Coroa do Meio, e eles vêm fotografar e filmar eu panfletando, cumprimentando as pessoas. Isso é ridículo!

Ministério Público não pode fazer isso. Isso é amedrontar a campanha eleitoral, isso é inibir o candidato. *(Muito bem!)* Procurem os seus devidos lugares, respeitem a legislação. Isso é prática eleitoral e não distribuição de drogas.

Coisa ridícula! Você está num cruzamento, panfletando, e aí vem um agente do Ministério Público lhe filmar. Isso é uma agressão!

Mas sabem quem são os culpados? Nós, Deputados Federais e Senadores. *(Palmas.)* Somos nós os culpados.

Portanto, esse é um item que a reforma vai precisar cuidar.

Olhem, quem está falando aqui não responde a nenhum processo no Poder Judiciário. Nunca respondi — frise-se. Como ex-prefeito, ex-presidente de empresa pública, não tenho nenhuma mágoa por ter sido representado ou denunciado ou processado pelo Ministério Público. Não. Mas não dá para admitir isso.



Não estou na política nem quero ser representante do povo para silenciar num momento como esse, de jeito e qualidade.

Cláusula de barreira. Claro que todos vocês têm razão. Nunca vi ninguém nascer grande. Só se nasce pequeno.

O PT, quando nasceu, nasceu grande, Conceição?

A SRA. CONCEIÇÃO - Não.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Mas, se tivesse sofrido a cláusula de barreira, continuava ali como estava. Hoje tem a Presidência da República.

Ninguém começa grande. Vamos respeitar os partidos.

Ah! Mas há partido de aluguel. Tem. Mas espera aí! Pelo fato de a vaca de leite ter carrapato temos de matá-la? Não, gente. Mata-se só o carrapato. Ora, se o problema é lá com o partido de aluguel, vamos ver o que ele está fazendo de errado.

Não se tem que estabelecer dificuldade para quem quer fazer política. Política é essa prática saudável da sociedade.

Alguém aqui falou: ele não fez defesa, mas jogou em tese. Será necessário mesmo a presença do Estado? Sim, eu vejo como sim. Claro, não o Estado autocrático, mas o Estado democrático. Até porque, com a ausência do Estado, como dirigiríamos carro em Aracaju? Porque o Estado... Se eu buscar um sinônimo, eu encontro a lei. O Estado é que regulamenta as relações entre as pessoas e a convivência social. Se eu estou em casa e se não há segurança pública porque não tem Estado, porque não tem lei, aí um cara invade a minha casa... Se eu estou na rua, sigo nessa mão, e um outro carro vem de lá para cá... O Estado é necessário. O que ele não pode ser, na verdade, é autocrático.

A democracia direta é como alguém disse: nós precisamos radicalizar a democracia. Plebiscito, *referendum*, iniciativa popular é letra morta na Constituição. Precisa ser devidamente regulamentada, Alceu, para facilitar o uso desses instrumentos. E até criar mais — se não nesse primeiro momento para o Parlamento, mas pelo menos para o Executivo, numa regulamentação próxima ao perfeito.

Revogação de mandatos para o Executivo. Chega de você defender bandeiras. Você pode até chegar ao Executivo e não ter condições de fazer aquilo



que prometeu. Mas daí você chegar ao Executivo e fazer o contrário daquilo que você disse que jamais faria, aí — tenha paciência! — é muito complicado.

Eu defendo, e é por isso que banquei, como integrante da Comissão e como Presidente, uma parcela, mas ajudado por todos esses nobres companheiros... E eu citaria a todos na pessoa da Deputada Luiza Erundina. Bancamos as conferências estaduais. Sabem por quê? Porque precisamos advertir a população, porque sistema eleitoral interessa a mim diretamente. E eu só vou votar naquele que me interessa. E ninguém me condene por isso. Essa é a lei da natureza, lei natural. Eu não vou para o matadouro; eu não vou me conduzir para um lugar que eu sei que ali vai me trazer a morte política. Eu não posso votar contra os meus interesses. E, como eu não posso votar contra os meus interesses, eu não tenho legitimidade, como Deputado Federal, para votar sistema eleitoral. Nem Senador tem. (*Palmas.*) Sistema eleitoral tem de ser votado por meio de plebiscito. Sabem por quê? Porque nem sempre o que é bom para a classe política é bom para o povo. Nem sempre é bom.

Eu torço muito para que saia o plebiscito. E, em não saindo o plebiscito, torço muito para que não se consiga — meu Deus! a declaração que vou dar é extremamente complicada, mas não gosto de esconder aquilo que sou ou que desejo — a maioria de três quintos no Congresso Nacional. Ao se votar instituto para piorar a vida do brasileiro, é preferível que não se consiga. Porque, quando é a população que vota, a responsabilidade é de todos.

Portanto, sobre essas e outras teses eu tenho posições claras, bem definidas. E estamos divulgando para todo o povo de Sergipe. Acho que usei bem mais do que o tempo dos outros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Sr. Leonardo Dias.

O SR. LEONARDO DIAS - Boa tarde. Sou secretário político do Partido Comunista Brasileiro no Estado de Sergipe.

Gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Almeida Lima, Presidente da Comissão, a todos os Parlamentares presentes, em especial o povo e



os poucos partidos ideológicos que restam e estão presentes, no caso o PSOL e o PSTU.

Quero fazer o registro de que, na madrugada de hoje, faleceu de infarto fulminante uma antiga companheira, chamada Janete Figueiredo, irmã de também um camarada, Jaques de Sá Figueiredo, e de Sebastião Figueiredo, professor universitário. Ela faleceu nessa madrugada. Durante a ditadura, ela lutou contra ela.

Quero dizer, Almeida, que me preocupo com o seu discurso, porque vi nele uma série de contradições. Você coloca o tempo todo, no princípio da sua fala, sua preocupação com a classe política, mostrando que o povo fica de lado, e, ao final, se reporta ao povo. É um problema constante, quando há um desgaste da classe política, se falar de reforma política.

Mas o que me preocupa — em poucas falas — é que não falaram em reforma política. Não se passou, pura e simplesmente, da questão da reforma eleitoral. É isso que foi tratado a quase todo o momento, e é a forma como está posta essa reforma política. Na verdade, a reforma eleitoral não vai acabar com o problema da corrupção, não vai fortalecer os partidos políticos nem vai garantir a fidelidade partidária.

Nós, do Partido Comunista Brasileiro, pensamos que o que deveria estar no centro do debate seria a questão do poder, as formas de exercício e controle dele. E mais: a questão de quem tem o direito de exercer esse poder. Isso, sim, é que deveria estar aqui no centro do debate.

Admirei-me quando você disse que a questão dos plebiscitos e dos referendos deveria estar na Ordem do Dia. Essa é uma das poucas formas de ampliar a participação democrática da população nas decisões desta Nação. Inclusive, acho que, quando nós, brasileiros, votamos para eleger os Senadores, Deputados e Vereadores, não estamos passando uma procuração em branco para tomarem qualquer decisão. Acho que as principais decisões deste País, como, por exemplo, para onde será destinado o dinheiro do pré-sal, deveriam passar por um plebiscito. A questão da reestatização da PETROBRAS, que hoje tem mais de 32% das suas ações no mercado internacional, deveria passar por um plebiscito. E uma série de outras questões importantes que dizem respeito diretamente ao povo e não



aos interesses de alguns poucos políticos que nos representam no Congresso Nacional.

Quero dizer que defendemos a verticalização nacional, que as coligações têm de estar de norte a sul, de leste a oeste, entre os partidos. E essas coligações devem ser de fórum ideológico.

Sobre a manutenção das coligações, que eu não ouvi dizer... Queria saber a posição da Presidência e do Relator. Defendemos a manutenção das coligações. Achamos que isso é uma forma de os partidos grandes tentarem acabar com os partidos pequenos, para que não haja a menor possibilidade de um partido pequeno eleger um Parlamentar.

E mais: financiamento público de campanha. Defendemos o financiamento público, e não aceitamos qualquer tipo de financiamento privado. Porque a gente pode ver hoje que os financiadores das campanhas, dos atuais Governos dos nossos Estados, e dos anteriores, são as empreiteiras que estão tocando obras nos Estados. Isto é uma realidade concreta: quem financia a campanha são os que ganham as licitações nos futuros mandatos.

E mais: defendemos a lista fechada. E digo que é contraditório seu discurso, Almeida, porque você fala do voto direto, que a Constituição defende. Aquele que for mais votado é que deve ser eleito. E na história desse Estado, e o Pedro Firmino aqui relatou, por diversas vezes o mais votado não foi eleito.

Eu não participava da política — mas estudo a história da polícia no meu Estado —, quando seu primo, o Vereador Jackson Barreto, teve um assombro de votos e com ele levou uma série de outros Vereadores, inclusive Edivaldo, Emanuel Nascimento e tantos outros que tiveram muito menos votos do que Wellington Mangueira e Samarone, que então faziam parte do Partido Comunista Brasileiro.

Então, mostro que se é contraditória a lista fechada, é contraditório e deve ser inconstitucional o atual sistema. Porque nem sempre o mais votado é eleito. E eu defendo a lista fechada porque, se no seu partido tem cacique, Almeida Lima, no meu não tem. E eu acho que a lista fechada é a única forma de valorizar os partidos políticos. Porque, senão, você acaba votando nas pessoas. E o que eu defendo é que o voto seja nas ideias, seja em cima de um programa. E quando você vota no 15, no 21 ou qualquer número que seja, você vai estar votando em programa, vai



estar votando em ideias e não na personalidade A, B ou C. Por isto defendo a lista fechada: como uma forma de valorização.

Agora, eu não me preocupo com o meu partido na questão da lista fechada, porque o meu é um partido ideológico. No debate interno vamos ver quem melhor vai representar as ideias que defendemos. Se outros partidos já não têm mais ideologia, não têm um programa, se o que vale é a vontade de cada um e se tem uma briga de caciques, aí eu não posso fazer nada. Mas temos de valorizar as instituições acima das vontades individuais.

Além disso, eu acho que, quando a gente fala de reforma política, não faz o menor sentido, tudo se torna irrelevante, se não falamos do fortalecimento da democracia direta. E esse fortalecimento da democracia direta, de que poucos falaram... O Henrique falou, a camarada Vera e você, de certa forma, falou quando defendeu a questão do plebiscito. Agora, a lei de iniciativa popular deve ser desburocratizada. Hoje você precisa de mais ou menos um milhão e quinhentos mil assinaturas, se não estou enganado. E essa assinatura tem de ser de punho, além de constar o número do Título de Eleitor.

Acho que a gente poderia usar as urnas eletrônicas, dar um jeito de ter assinatura via Internet.

E mais: a tramitação dessas leis de iniciativa de popular deveria ser de forma diferenciada e privilegiada, com relação às outras que são colocadas no Congresso.

E ainda a criação de conselhos populares, para contribuírem nas decisões da Prefeitura, do Estado, da Nação.

Também sou a favor, ou melhor, o meu partido é a favor do fim do Congresso Nacional. Defendemos o parlamento unicameral.

Está dada aí a contribuição do Partido Comunista Brasileiro, que este ano comemorou 89 anos de luta ao lado do povo brasileiro, sempre lutando pelas causas democráticas. Vocês, que têm mais tempo na política do que eu, sabem muito bem disso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a manifestação de V.Sa.

Passo a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina.



O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Antes que a Deputada Luiza Erundina chegue à tribuna, eu gostaria apenas de destacar aquilo que V.Exa. concorda, que a Deputada Luiza Erundina é Presidente — e é bom que todos saibam — de uma Frente formada por Deputados e Senadores, mais de duzentos Parlamentares, portanto, do Congresso Nacional, que discute a reforma política. Então, a Deputada Luiza Erundina não está aqui apenas na condição de Deputada, mas está na condição de representante da Frente. E é isso que nós precisamos saudar e conhecer neste momento. (*Palmas.*)

Essa Frente é integrada por mais de 50 entidades nacionais, como CNBB, OAB e tantas outras. Portanto, é essa representação que vem a Sergipe, que vem a Aracaju e que neste momento está na tribuna da Assembleia Legislativa deste Estado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Edinho Araújo, V.Exa. tem inteira razão. E os senhores podem verificar nesses *banners* aqui na frente e mais naquela faixa que este encontro é uma promoção da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, que é, como V.Exa. disse, presidida pela Deputada Luiza Erundina.

V.Exa. tem a palavra, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, meu colega Deputado Edinho Araújo, meus conterrâneos nordestinos do Sergipe, meus colegas Parlamentares, autoridades municipais, estaduais e federais, eu lamento ainda tomar um pouco mais de tempo dos que ainda estão aqui. Primeiro, porque eu estou aqui, como já disse o nobre Deputado Edinho Araújo, completado pelo Presidente agora, não na condição de um membro titular da Comissão Especial da Reforma Política na Câmara dos Deputados, não em nome da minha bancada, do meu partido, mas na condição de ser a Coordenadora Geral da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, que existe na Câmara dos Deputados há mais de quatro anos. A discussão da reforma política no Congresso já tem, no mínimo, doze anos. Só que, até agora, o Congresso não atendeu aos anseios da sociedade: apresentar uma reforma política que realmente dê conta da correção das



distorções do atual sistema político nosso e do aperfeiçoamento e da consolidação da democracia em nosso País.

Outra razão que também não me permitia ou não me permite não falar neste ato é a minha condição de mulher. Uma das características da situação da mulher no Brasil é a sua exclusão, em todos os sentidos, principalmente a sua exclusão política. Quando a Deputada Angélica e a Deputada Conceição Vieira falaram aqui e disseram que estavam na condição de dirigentes da Mesa Diretora da Casa, Presidente e Secretária, elas diziam que essa teria sido uma concessão dos seus colegas Parlamentares. Mas eu tenho certeza de que elas não entendem assim, porque, para terem chegado a essa condição, elas conquistaram, lutaram e enfrentaram o machismo que está presente em todos os passos da vida da sociedade brasileira. *(Palmas.)*

Vejam os senhores e as senhoras quantas mulheres temos nesta Mesa. E até que este é um percentual razoável. Também há um Vereador negro. Não temos outros negros e não temos uma mulher negra. Vejam que nesta Mesa não há jovens. O que significa que o sistema político do nosso País, a estrutura de poder em nosso País exclui mais da metade da sua população, constituída de mulheres (e somos mais de 50%), e constituída de negros e negras. Somos, as mulheres, menos de 8% nesta Câmara dos Deputados. Na Argentina são mais de 40%. Em outros países são 50%.

Negros: temos 4% de negros no Congresso Nacional. Índios: não temos nenhum.

Que democracia é esta? Uma reforma política tem que levar em conta esta realidade.

Não há democracia plena. Não precisamos só de democracia eleitoral, mas de democracia como exercício de poder. E há propostas que podem indicar a perspectiva de fortalecer a democracia; e fortalecer a democracia é desconcentrar o poder, é dividir o poder de forma mais equânime, mais justa, entre homens e mulheres, negros e brancos, raças diversas, minorias, juventude. Sem isso não podemos falar em democracia em nosso País.

Portanto, a nossa responsabilidade na construção dessa proposta de reforma política vai muito além de se questionar se é ficha fechada ou ficha aberta, se é



financiamento público dessa forma ou de outra forma, se se termina com coligação ou não se termina com coligação. Nós estamos discutindo um sistema político, e o sistema político é uma estrutura de poder, é o quadro de uma história social e política que precisa ser reformulada, aperfeiçoada, atualizada, modernizada. Se nós queremos que, do ponto de vista político, o Brasil avance para além de modernizar o processo eleitoral, o processo de votação, ele tem de modernizar-se, sobretudo, exercitando a democracia plena. E democracia plena supõe democracia representativa e democracia direta.

O companheiro tem toda a razão. Pouco se falou aqui e em outros lugares sobre a democracia direta e sobre a democracia participativa. Sem ela a representatividade do Congresso Nacional fica diminuída em seu peso, em sua importância. E o art. 1º, parágrafo único, da nossa Constituição não estará sendo cumprido, porque lá consta que todo o poder emana do povo por meio de representantes eleitos diretamente, através de uma legislação que se realize e se complemente. É como consta na Lei Maior.

Inclusive, eu saúdo o nobre Deputado Almeida Lima, que teve a sensibilidade e a compreensão de que não se chegaria a uma proposta de reforma política fechada na Comissão Especial. Ele entendeu a importância, antes de mim inclusive, quando anunciou, logo no começo, que faria no mínimo cinco audiências públicas nas Regiões. Ele acatou uma proposta nossa, da Frente Parlamentar, de espalhar essas conferências públicas em tantos Estados quantos forem demandados pelos membros da Comissão. E foi surpreendente a participação absoluta na maioria dos Estados. E há tantos outros ainda, não agendados, que estão demandando a realização de conferências como esta, para reproduzir, para reeditar essa beleza que se viu nesta manhã aqui na cidade de Aracaju. (*Palmas.*)

Senhores e senhoras, se tivessem acompanhado o que temos feito pelo País afora, se tivessem acompanhado as audiências públicas e o trabalho da Comissão Especial, e assistissem a esta audiência pública, os senhores veriam que foram abordados aqui todos os aspectos e questões envolvidas em uma discussão sobre uma reforma política como reestruturação do sistema político do País. Não houve uma questão que não tenha sido abordada por algum dos senhores e senhoras, de forma competente, de forma qualificada, de forma responsável e comprometida.



Portanto, nobre Deputado Almeida Lima, V.Exa. e meus colegas de Comissão Especial, esse é o método. Até para dar coerência ao discurso de que nós queremos fortalecer a democracia, fortalecer os partidos políticos e garantir cidadania política plena para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros, nós temos que dar exemplo. E V.Exa e nós, membros da Comissão, estamos dando esse exemplo. Não podemos ter um discurso para os outros, não podemos ter uma retórica para a sociedade, se nós mesmos, nos espaços onde atuamos, não exercitamos os princípios, os pressupostos e os valores que defendemos eventualmente na nossa retórica e nos nossos discursos.

A Comissão da Câmara dos Deputados está de parabéns. E o Deputado Almeida Lima, o Deputado Edinho Araújo, um dos membros da Coordenação, os outros todos, como também a companheira Íris, temos feito um fantástico trabalho! Nem tanto no âmbito interno da Comissão... E isso tem sido feito também com muita pertinência e com muita qualidade. Mas o método que estamos levando ao País, não importa seu produto final, com certeza será muito melhor, do que se estivéssemos fechados nas salas e plenarinhos da Câmara, como fez o Senado.

O Senado Federal constituiu, pela vontade do Presidente, Comissões de notáveis — ex-Presidente de República, ex-Governadores —, mas sem a representatividade sequer das bancadas partidárias daquela Casa. Isso não é democrático! (*Palmas.*) Chegaram a um resultado que não tem a legitimidade, não tem a representatividade porque não passou pelo crivo da cidadania.

Qualquer que seja a proposta que sair desta Comissão Especial, nobres colegas Parlamentares, terá a cara do povo em algum sentido. E, se não tiver, o povo irá denunciar. O povo irá reclamar caso a resposta que sair da Comissão não contemple, na medida do possível e necessário, aquilo que foi acumulado ao curso deste debate que se está fazendo pelo País afora.

Eram essas as questões que eu queria levantar.

Quero dizer às minha colegas Parlamentares desta Casa que vocês são vitoriosas porque conquistaram uma fatia de poder nesta Casa, o que não é fácil, porque somos minoria nos espaços do poder. Nós temos que sair da invisibilidade. Uma das características da exclusão da mulher, dos negros e dos índios na nossa sociedade é que nós somos invisíveis. Ninguém nos vê. Nós não temos voz, não



temos cara. Os partidos não nos permitem aparecer. Os partidos não são democráticos, independente de serem de esquerda, de direita ou de centro.

Está sendo feito um discurso hoje, lá pelas bandas de São Paulo e do Sul, que partido não tem esquerda, direita ou centro. Que partido é esse que não tem ideologia, que não tem programa, que não tem projeto político? Que democracia é essa, senhores e senhoras? *(Muito bem!)*

Desculpem a veemência do meu discurso, mas eu me sinto em casa. Eu sou nordestina. Sou paraibana! *(Palmas.)* E, ao lado de paulistas como Edinho Araújo, figura extraordinária! Convivemos na Assembléia Legislativa, e convivemos agora. Fomos Prefeitos em cidades distintas, naquele Estado. Há muita identidade entre nós, respeitando-se nossas diferenças e divergências.

Edinho, quando eu estou no Nordeste, eu me sinto paulista no Nordeste; quando estou em São Paulo, eu me sinto nordestina em São Paulo. Metade do povo de São Paulo é nordestino! *(Palmas.)* São Paulo me acolheu há 40 anos. Eu fui para São Paulo não por querer viver na cidade grande. Eu saí de uma cidadezinha lá do fundão da Paraíba, expulsa pela ditadura militar porque lutava pela democratização da terra, pela reforma agrária. Eu fui chorando para São Paulo, porque eu não queria sair de lá. Mas isso foi preciso para eu não sumir, como outros sumiram.

Eu migrei para São Paulo, e lá, como assistente social, fui trabalhar nas favelas e nos cortiços. E quem eu encontrei nas favelas e cortiços de São Paulo? Os nordestinos sem terra que foram expulsos pelos latifundiários e pecuaristas, para que estes plantassem capim para criar boi. Expulsaram o trabalhador rural que não tinha onde viver, a não ser nas periferias pobres dos grandes centros urbanos.

Chegando lá, eu vi que é verdade a máxima de que Deus escreve certo por linhas tortas. Fui para São Paulo, expulsa pela ditadura, porque eu lutava com os trabalhadores rurais pela democratização da terra; e, chegando lá, vi que não só a terra no campo não foi dividida, como a cidade também não tem a terra dividida, porque não se fez a reforma agrária neste País nem a reforma urbana! *(Muito bem!)*

Essas questões não são diferentes daquilo que estamos discutindo da reforma política, para democratizar tudo, para mudar o poder, para colocar o poder nas mãos do povo. E quando o povo, na sua maioria, tiver o poder de forma consciente, organizada e politizada, as reformas se farão — não só a reforma



política de que o País precisa, mas todas as reformas, para se falar de fato que o Brasil é uma nação soberana, onde negros, brancos, pretos, crianças, jovens, velhos, índios serão respeitados e poderão exercer a sua cidadania de forma plena, como qualquer um.

Meus conterrâneos do Sergipe, meus colegas Parlamentares deste Estado e do Nordeste, meus queridíssimos companheiros Deputados Edinho e Alceu, eu tenho conhecido melhor V.Exas. agora, a partir desta Comissão, e também o Presidente Almeida Lima. Aliás, eu conhecia S.Exa. já naquele momento em que ele era Senador. Eu o prefiro Deputado, não pelo trabalho que está fazendo aqui hoje, mas porque certamente o povo de Sergipe está bem melhor representado por S.Exa. na Câmara dos Deputados do que quando ele representou o Estado de Sergipe no Senado Federal. *(Palmas.)*

Muito obrigada. Vamos à luta!

E, respondendo ao Góes, um jornalista que me perguntou sobre se eu acreditava que a reforma política vai sair, eu digo: eu acredito, porque acredito no povo. E o povo, representado pelos senhores aqui, está dando esta demonstração. Os senhores entendem das coisas, sabem o que querem e têm o poder — como fonte de poder que é o povo —, para que nós que os estamos representando façamos aquilo que entendem ser o melhor para a democracia brasileira.

Obrigada. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nós temos ainda sete pessoas inscritas, de modo que declaro encerradas as inscrições.

Por gentileza, o senhor tem a palavra. Identifique-se e faça uso da palavra.

O SR. VALMIR DA CONCEIÇÃO - Boa tarde a todos. Acredito que já passou do meio-dia. Meu nome é Valmir da Conceição, e sou de Santa Catarina.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a recepção calorosa que eu tive aqui no Nordeste.

Senhores, muito obrigado pela presença de todos! Obrigado à Mesa pela oportunidade que me é dada. Aliás, eu me sinto muito privilegiado por falar na presença de tão nobres autoridades!



Vou tratar rapidamente de um assunto atípico à Casa, mas acredito que todos vão reputá-lo como não menos importante do que todos os assuntos que normalmente são debatidos nesta Casa.

Senhores, a sociedade brasileira tem muitos problemas. Felizmente, nós temos grandes homens e grandes mulheres que estão trabalhando ativamente, com força, procurando minorar o sofrimento do nosso povo brasileiro. Esse é uma atitude, um trabalho muito nobre, um trabalho louvável, mas a nossa sociedade tem vivido um problema silencioso e extremamente perigoso, que, se não for tratado, haverá fatalmente de trazer penalidades para culpados e inocentes.

Antes de entrar no assunto, quero louvar o Governo brasileiro pela sua participação na religião, ou melhor, por sua não participação — o Estado brasileiro garante a liberdade religiosa. Nós não somos obrigados a crer, a não crer, a cultuar X ou Y. Nós somos livres. A Constituição e o ordenamento jurídico nos garantem a liberdade total na questão religiosa.

Agora, sim, eu entro no assunto especificamente. De uns 30 anos para cá, infelizmente, um pequeno time, algumas pessoas passaram a mercantilizar o Evangelho dentro da nossa Nação. E não se pode pedir a uma Casa municipal, estadual ou federal que tome providência, porque definitivamente feliz é a Nação que não se mete em assuntos religiosos. Religião, salvação ou perdição, isso é assunto de foro íntimo, entre a pessoa e Deus. Não cabe ao Estado legislar a respeito de crença, a respeito de fé.

De 30 anos para cá, o Evangelho no Brasil tem-se transformado numa verdadeira mercadoria. E os senhores podem ter certeza de que, a partir do momento em que as pessoas são deseducadas quanto ao princípio cristão, nós teremos os piores cidadãos, os piores pais, os piores Governadores, os piores políticos. Infelizmente, o Evangelho, que é para a edificação das pessoas, para a edificação da Nação, tem sido vendido como mercadoria barata dentro de algumas igrejas.

Eu não quero fazer propaganda da minha obra, que é o primeiro livro no Brasil a tratar do assunto. Não sei por que motivo ninguém ainda se manifestou a respeito. De 30 anos para cá, aquilo que é para a edificação da pessoa, para a edificação da família, para a edificação da Nação, infelizmente, tem sido tratado



como mercadoria barata dentro de algumas instituições religiosas. Algumas delas, inclusive, têm alto poder econômico e atuam poderosamente nos meios de comunicação da Nação. Não preciso citar nomes, eu acredito que o assunto já seja notório. Não estou tomando este espaço para pedir auxílio estatal, porque, definitivamente, o Estado não deve participar de assunto de religião, ou melhor, deve participar sim, mas dentro daquela extensão de garantir a liberdade religiosa, nada mais.

Eu publiquei esta obra: *Teologia da Prosperidade — o banquete dos salteadores*. Optei pela palavra “salteadores” para usar um termo elegante. Existe uma meia dúzia por aí que não merece esse termo, mas outro. Eu não quero, senhores, que divulguem a minha obra, mas, na condição de cristãos, divulguem a ideia de que a salvação é um dom gratuito de Deus e não mercadoria barata para ser comprada de pastores e bispos inescrupulosos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Logo a seguir, concederei a palavra ao Prefeito Edvaldo Nogueira, que já pode se aproximar da tribuna, ou falar da bancada mesmo.

O senhor pode usar da palavra agora.

O SR. ADELSON ALVES DE ALMEIDA - Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar o Almeida, como carinhosamente todos nós o chamamos, e dizer que a sua participação — estou de acordo com a Deputada Erundina — é muito mais bonita como Deputado. Esta manhã-tarde de hoje vai ser inesquecível para os sergipanos, porque aqui ouvimos de tudo e com liberdade.

O que o PSDC defende é a liberdade. Sem liberdade não somos capazes de construir a democracia. A democracia é fruto da liberdade. E quero dizer que o PSDC está em todas as regiões. Por exemplo, hoje está em Florianópolis, com todos os Estados da Região Sul, discutindo a reforma política em 2 dias, hoje e amanhã. E assim se seguirá. No Nordeste, a discussão ocorrerá nos dias 16 e 17 do próximo mês, na cidade de São Luís, no Maranhão.

Quanto a essa questão de os partidos políticos serem considerados menores, para que eles são aprovados, se são diferenciados? Nós precisamos ter igualdade. É um ponto que eu reputo de maior importância. Se não temos igualdade para poder



ter essa representação, ter a voz do povo, a democracia cristã, que eu defendo, não há transformação na sociedade. Não há essa transformação se não somos capazes de considerar nossos irmãos. A questão da corrupção é muito maior no Brasil quando chega a cercear a liberdade. O homem não tem direito de votar porque o seu voto é comprado. É em relação a essa liberdade e é em nome da democracia que nós, enquanto partido, enquanto instituição, estamos discutindo. Vejo o dia de hoje como memorável.

Eu fiz uma pequena palavra em relação ao Almeida e à amizade que ele tem a todo sergipano, mas eu queria saudar os Deputados presentes que enriquecem o dia de hoje também, principalmente as mulheres, a Deputada Íris, a grande guerreira Deputada Erundina, que não é só nordestina, é a guerreira do Brasil — assim é que nós a admiramos. Nesta Casa também há mulheres guerreiras, a Deputada Ana Lucia, a Deputada Conceição Vieira, a Presidente da nossa Casa, que chegou aqui para ser Presidente com grande mérito. Eu a acompanho daqui da galeria, como Presidente do partido. Eu acompanho o dia a dia dos Deputados com admiração por todos, sem diminuir, sem fazer crítica, porque a crítica muitas vezes é ofensiva. A questão de que um partido é melhor do que outro não é condizente com a liberdade. Lutamos pela liberdade e pela democracia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu agradeço a manifestação de V.Sa.

Antes de conceder a palavra ao Prefeito Edvaldo Nogueira, anuncio a presença de Presidentes de Câmaras de Vereadores: de Frei Paulo, Adenilza Maria Modesto; de Ribeirópolis, Lucivanda Amarante; de Nossa Senhora do Socorro, Maria Conceição dos Anjos; de Barra dos Coqueiros, Alberto Jorge Santos Macedo; de Poço Verde, Gilson Santos; de Porto da Folha, Tiago Moreira de Santana; de São Cristóvão, Paulo Roberto Santos; de Nossa Senhora Aparecida, José Lima; de Neópolis, Paulo dos Santos; de Feira Nova, José Wilson dos Santos.

Está presente também ex-Prefeito de Carira, Negão; a União dos Ministros Evangélicos de Sergipe — UMESE, nas pessoas dos Pastores Severino e Bosco, e o Vereador Aloizio Viana, de Simão Dias.

Com a palavra o Prefeito Edvaldo Nogueira.



O SR. EDVALDO NOGUEIRA - Bom dia a todos.

Quero saudar os membros da Mesa; o Deputado Federal Almeida Lima; a Deputada Estadual Angélica Guimarães, Presidente da Assembleia; a Deputada Federal Erundina, querida militante das causas do nosso País; o Deputado Federal Edinho Araújo, querido amigo; a Deputada Íris; o Deputado do Rio Grande do Sul que está aqui também e é membro da Comissão; o Vereador Emanuel; as demais autoridades presentes.

Minhas senhoras e meus senhores, fiquei ali pensando se usava ou não a palavra. Estimulado pelo Deputado Edinho Araújo, que veio aqui duas vezes solicitar que eu falasse, resolvi falar. Eu estava num dilema, Deputado Edinho, e por isso descí para falar, porque não estou falando como Prefeito da cidade de Aracaju, estou falando como militante partidário.

Como militante partidário, tenho também vivido, neste momento de reforma eleitoral, uma contradição. O partido a que sou filiado, o PCdoB, defende algumas opiniões que considero justas e importantes e algumas com as quais tenho divergência. Estou ainda tentando ver como vou conviver com esse dilema, talvez pela primeira vez na minha vida de militante de 30 anos no mesmo partido. Até hoje só tive um partido e quero ficar com ele, quem sabe, o máximo de tempo que puder.

Temos de pensar que a reforma política é urgente, mas, neste momento, urgente é a reforma eleitoral. E pensando a reforma eleitoral, que é o que está se colocando, dentro de um projeto maior para o nosso País. Por isso a reforma política tem de ser política e eleitoral. Se considerarmos exclusivamente a reforma eleitoral, corremos o risco de colocar uma “meia-sola”.

Se pensarmos na reforma política, temos de pensar em algo mais profundo, que é a reforma do Estado brasileiro. Em minha opinião, nós precisamos fazer, aí sim, a grande reforma de que o País precisa: a reforma do Estado brasileiro. Dentre outras coisas, precisamos discutir o pacto federativo do nosso País. Nós somos uma Federação incompleta. Nós somos uma Federação que cresceu e se desenvolveu, mas que hoje precisa melhorar os mecanismos de relação entre os entes federados.

Portanto, a reforma política tem que ter como base mais democratização. Nós não podemos, numa democracia recente como a nossa, pensar numa reforma política que seja restritiva tanto a partidos quanto à participação da sociedade.



Então, nós temos que ter uma reforma que seja mais democrática, que permita que os partidos funcionem mais plenamente e que permita que o cidadão ou a cidadã possam interferir mais cotidianamente na vida do Brasil, dos partidos e da política. Esse é um mecanismo importante.

Por isso, a minha contradição. Qual é a contradição? O PCdoB defende lista fechada, defende financiamento público. Nesse aspecto, ele está em uma frente com o PT, o PSDB e outros partidos que hoje defendem uma reforma política nesse sentido. Obviamente, tenho de respeitar, sou minoria no partido, não vou apresentar publicamente as minhas divergências.

Mas quero apontar algo que, em minha opinião, Deputada Erundina, antecede a reforma eleitoral. Em primeiro lugar, existem condições no Brasil hoje, existe amadurecimento político, existe amadurecimento da nossa sociedade para que façamos uma reforma política de profundidade no Brasil da forma como queremos fazer até setembro deste ano? Essa é uma pergunta que deixo para que possamos debater.

Já há amadurecimento entre nós? Aqui eu escuto todos os argumentos e todos me convencem, porque todos têm razão, e ninguém tem razão. Por quê? Eu sou simpático a uma tese. O Deputado usou a tribuna e disse duas coisas que me fizeram pensar que ele tem razão. Depois a Deputada Íris e a Deputada Erundina. As pessoas que aqui falaram têm lógica no que falam. Ainda não há maturidade, no Brasil inteiro, para chegarmos a uma grande reforma política. Mas, se temos de dar um primeiro passo, ele é, em minha opinião, a unificação do calendário eleitoral.

Quanto à unificação do calendário eleitoral, tenho uma proposta contrária à do PCdoB. Não sei como eles vão reagir, mas eu vou dizer. Temos de fazer eleição em um único ano. No mês de abril ou de maio, haveria eleições estaduais e municipais. Discutiríamos o Estado e as cidades, elegeríamos Governador, Prefeito, Deputado Estadual e Vereador. No final do mesmo ano, no mês de outubro, faríamos uma eleição para escolher Presidente da República, Senador e Deputado Federal.

Como está sendo feita a eleição, a discussão nacional está sendo subjugada. O Deputado Federal está sendo eleito com pouca discussão em nosso País.

Permitam-me, Deputados, dizer uma coisa. Eu sou político, e ser político é a coisa que mais admiro e é o que eu quero. Sou político e adoro ser político, não



tenho vergonha de ser político. Mas o que eu acho que a cada ano tem diminuído é a qualidade do Congresso Nacional. O Deputado sai de um debate em que ele não enfrenta os problemas nacionais. Tivemos a crise de 2009, e não se viu um debate nacional sobre ela, sobre os rumos do País, no que o Brasil poderia se desenvolver. Por quê? Porque o Deputado não está associado à eleição presidencial. Nessa, esteve, mas, nas outras, não.

Temos de discutir o Brasil e eleger o Senador e o Deputado Federal dentro de um projeto político que vá dar respaldo ou não àquele Presidente, que vai ser de Oposição, que vai ser de Situação, que vai ser meio-termo. É preciso que enfrentemos a situação dessa forma.

E temos de discutir a eleição municipal e a eleição estadual, o projeto do Estado, para que também elejamos o Vereador, o Prefeito, o Governador, dentro do projeto que a sociedade traçar para aquele momento.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Permite-me?

O SR. EDVALDO NOGUEIRA - Permito.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sou municipalista. Um dos nossos colegas que fez uma intervenção aqui foi extremamente pertinente quando disse que temos de discutir a forma de poder, seu exercício e seu controle. Pelo fato de termos eleições dissociadas para Prefeito e para Presidente da República, acontece o que aconteceu agora na Marcha dos Prefeitos. O pacto federativo é completamente desrespeitado, a autonomia municipal não existe. Nós somos um ente menor, submisso, andando de chapéu na mão. Se tivéssemos eleição em conjunto, o candidato a Presidente iria assumir compromisso com a municipalidade. É aqui que a vida acontece. Não faz sentido ter 64% da arrecadação em Brasília.

Sabe como se faz o exercício do poder político em Brasília? Pelo poder de pagamento. Sabe quem define o que vai ser feito na saúde? É o Planejamento e a Fazenda. Na educação, também é o Planejamento e a Fazenda. No transporte, o Planejamento e a Fazenda. Quem paga é quem manda. O resto é tudo conversa, só para fazer ladainha. Não funciona.

Quero me solidarizar com V.Exa., na condição de Prefeito, dizendo o seguinte: faça tudo junto e exija um programa de baixo até em cima e de cima até



embaixo, para gerar compromisso solidário com todos os recursos arrecadados no País.

O SR. EDVALDO NOGUEIRA - Eu defendo eleições em dois períodos no mesmo ano. Isso ajudaria porque os Vereadores, os Prefeitos, os Governadores e os Deputados eleitos se comprometeriam com o Presidente que haveria sido eleito há pouco e haveria coincidência dos mandatos. Haveria condições de fazer um plano para o País que pudesse ser Governo Federal, Governo Municipal e Governo Estadual. Haveria condições de planejar melhor em um único ano.

Se não fizermos nada nessa reforma, mas unificarmos a eleição no Brasil, estaremos dando um grande passo adiante. E não é por medo de eleição nem por medo de enfrentar a política, nem de fazer política. Eu sou também do interior. Sou de uma cidade do interior de Alagoas, vim para cá estudar. Não tenho sobrenome sonoro e sempre fiz política. Sou do PCdoB há 30 anos — não procurei o partido mais fácil para me eleger nem o partido mais fácil para me filiar. Acho que a política tem de ser a política de militância.

Então, não é por medo de eleição. Isso é uma falácia. Quero divergir do meu querido amigo Henri Clay. Fazer muitas eleições vai favorecer a democracia? Não vai, em minha opinião. Não é esse mais o problema. O Brasil já passou dessa fase. A fase agora é de construirmos mandatos que possam fazer projeto para o Brasil, aprofundar mais a democracia, aprofundar mais a liberdade e garantir melhores condições de vida para o nosso povo.

Este era um ano em que nós Prefeitos tínhamos de trabalhar, mas já está a eleição na rua para 2012! No ano passado, houve eleições para Governador, e nós tivemos de nos envolver com elas. Agora já estão pensando na eleição para Presidente. Já estão pensando na eleição de 2014!

Essa não coincidência de mandatos tem sido um grande problema para o nosso País. Nós somos uma grande Federação, nós somos um grande partícipe e precisamos fazer da política uma grande política, para corresponder às necessidades, à história, ao progresso e ao desenvolvimento do nosso País.

Eu não queria me expressar porque há essa contradição. Essa não é uma posição que o meu partido defende, mas tenho pensado muito, Deputado, sobre essas questões e acho que precisávamos dar um passo adiante.



Se não conseguirmos fazer a reforma política, que eu queria que se fizesse mesmo, pelo menos façamos alguma coisa. Concordo com a senhora quando diz que a reforma política tem que ser feita, mas não sei se vamos ter condições de tempo, de articulação e de própria maturidade no Congresso e na sociedade para encontrarmos um sistema definitivo.

Por fim, também quero expressar que, pessoalmente, sou a favor da coligação proporcional. No sistema brasileiro, com tantos partidos, deve-se permitir que os partidos se juntem para ter objetivos comuns imediatos. Se não for por coligação, que seja por federação ou por alguma maneira que possa juntar, agrupar os pequenos partidos que tiverem afinidade, senão vamos acabar com os pequenos partidos no Brasil.

Obrigado.

Desculpem-me por ter passado da minha hora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem, Sr. Prefeito Edvaldo Nogueira. É um prazer ouvi-lo. É um prazer muito grande contar com sua participação.

Gostaria agora de passar a palavra à Profa. Avilete.

A SRA. AVILETE CRUZ - A esta altura — já são 13h25min —, quero felicitar todos os que estão presentes, porque estão demonstrando realmente que têm interesse em discutir e aprofundar a democracia em nosso País.

A maior parte dos temas que versam sobre a reforma política praticamente já foram debatidos. Eu farei apenas algumas rapidíssimas considerações.

Quero agradecer o convite que tive, por intermédio do Deputado Federal Almeida Lima, para participar desta conferência.

Em primeiro lugar, particularmente, sou contra a cláusula de barreira para pequenos partidos. Com a cláusula de barreira, as pessoas dizem que os partidos se vendem, mas eles se vendem porque quem compra os pequenos partidos são as grandes corporações partidárias, são os considerados grandes partidos que temos no País. Então, existe a venda dos pequenos partidos porque os grandes compram. Então, por que cláusula de barreira para os pequenos?



Além do mais, a questão que o Deputado Almeida Lima levanta é muito pertinente. Ninguém nasce grande. Todos nascem pequenos e vão, aos poucos, se firmando, se fortalecendo.

Sou contra a lista fechada. O melhor comentário foi o de Toinho de Dorinha — acho que ele já foi, não sei se está sentado ali. É uma baita saudade do coronelismo, é um retorno ao coronelismo a lista fechada, além de ser um princípio político totalitário. Fui informada de que o comentário foi de Pedrinho de Balbino.

O Deputado Almeida Lima citou muito bem e questionou muito bem todos nós. Se nós estivéssemos na lista fechada, ele estaria eleito hoje Deputado Federal? Não. Nós sabemos que todos os partidos no País têm donos, sejam de direita, de centro ou de esquerda. Se não fosse assim, nós não veríamos determinadas situações, que ocorrem não só aqui. Por exemplo, pessoas de determinado partido são candidatas repetidamente, sem que deem oportunidade a outros daquele partido. Isso é totalitário, é autoritário, não é democrático.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não há lista fechada, e são sempre os mesmos. Não há nada mais fechado do que isso.

A SRA. AVILETE CRUZ - Pois é, mas, se colocar lista fechada, imaginem como vai ficar.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Depende da forma como seria isso. Depende da forma.

A SRA. AVILETE CRUZ - Bom, esta é a minha posição: contra a lista fechada.

Sou contra o voto distrital. O voto tem que passar a ser facultativo. Facultativo! Deve votar quem quiser neste nosso País, e não por obrigação.

Ontem mesmo estávamos discutindo esse assunto. Eu estava fazendo compras no supermercado, ia passar no caixa, e, como eu fui candidata na última eleição, algumas pessoas me reconheceram e me questionaram. Disseram que, se fosse possível, não votariam, que só vão votar porque o voto é obrigatório.

Então, nossa proposta é de defesa de inserção, na reforma política, do voto facultativo.

Este já é um grande passo, Deputado Almeida Lima, essas audiências públicas sobre a reforma política. Precisamos aprofundar mais. Pior é como era



anteriormente, quando as reformas eram feitas dentro do Congresso apenas, favorecendo os interesses de alguns grupamentos políticos. Este é um passo, mas nós precisamos prosseguir, aprofundando a democracia, em busca da democracia participativa; como o senhor diz, buscando o instrumento do plebiscito, que já é previsto em nossa Constituição, para legitimar a reforma política e todas as outras reformas, como a previdenciária, e por aí vai.

Financiamento exclusivo público de campanhas. Capitão Samuel apontou aqui uma questão muito interessante. Quem vai garantir que, se as campanhas forem financiadas através de financiamento público exclusivo, isso vai impedir a compra de voto? A compra de voto ocorre de forma humilhante para as pessoas pobres. A compra de voto ocorre na calada da noite. As “malas pretas” giram por aí pelo País, não só aqui no Estado de Sergipe, comprando voto durante as madrugadas — nós temos notícia. Quem vai impedir essa compra de voto? Quem vai fiscalizar?

Por isso, nós também defendemos que seja incluído na reforma política o ferrenho combate à compra de voto, proibindo, como sugestão inicial, o contrato de cabos eleitorais, em primeiro lugar, e dos seguradores de bandeiras, que vemos aqui no Estado. O Estado se colore das diversas cores partidárias através da contratação de cabos eleitorais e seguradores de bandeiras nas ruas.

Defendemos também as candidaturas avulsas, sem necessidade de filiação partidária. As pessoas podem, sim, estar filiadas a um partido e ser candidatas por esse partido. Mas que a reforma política contemple também as candidaturas avulsas, sem necessidade de que o cidadão esteja obrigatoriamente filiado a um partido político.

Existem determinados casos, aqui mesmo em Sergipe, que atingem a pessoa, dentro do partido, a partir dos donos do partido, do grupamento. Eu lembro que o senhor, Deputado Almeida Lima, perguntou se um estudante que veio da faculdade e participou do movimento político estudantil teria direito de participar. Teria, sim, Deputado Almeida Lima. Bastava, para isso, que ele fosse amigo do presidente do partido. Eu tenho essa experiência. Teria, sim. Por isso eu defendo candidaturas avulsas, sem necessidade de filiação partidária.



Fim das coligações proporcionais. Acho que os exemplos já foram apresentados à exaustão. Como uma pessoa que tem menor quantidade de votos é eleita, e outra que tem maior quantidade de votos não é eleita?

Defendo também o tempo igualitário de televisão entre todos os partidos, para que todos tenham tempo suficiente de expor as suas propostas. Atualmente, o tempo é de acordo com o número de Parlamentares que cada um tenha na Câmara Federal e no Senado.

Encerro a minha participação com essas sugestões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu agradeço.

Quero apenas pedir a máxima brevidade possível, agora diante de um fato que se constitui em problema. Os Parlamentares precisam retornar ao aeroporto, para não perderem o voo para Recife e João Pessoa.

A Deputada Luiza Erundina quer fazer uma proposta. Por gentileza, Deputada.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Eu ouvi várias manifestações aqui no sentido da continuação deste debate, no sentido de que não podemos ficar nisto. Então, a minha proposta, Sr. Presidente, companheiros e companheiras, é de que se delibere aqui a respeito da construção de uma frente parlamentar pela reforma política com participação popular, por iniciativa dos Parlamentares do Estado, dos Parlamentares do Município e das entidades da sociedade civil, muitas das quais se fizeram representar neste ato.

Em outros Estados essa iniciativa está sendo encaminhada. Trata-se de criação de frentes parlamentares nos Estados para dar continuidade a este debate e para fazer o *link* com aquilo que está ocorrendo no âmbito da Comissão Especial, no âmbito da Câmara dos Deputados.

Era essa a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Extremamente importante.

Falará V.Sa. e, a seguir, a Deputada Ana Lucia.

O SR. ALEXANDRE PORTO - Boa tarde a todos.

Saúdo o Deputado Federal Almeida Lima e parabênizo a Comissão por todos estarem aqui discutindo o assunto.



Sou Alexandre Porto, Presidente da Associação Comercial e Empresarial do Estado de Sergipe. Aqui represento uma classe que normalmente não participa de muitos debates políticos: a classe empresarial, que, na maioria das vezes, é a mais massacrada pela atividade eleitoral.

Vou me ater a apenas três pontos. O debate é longo. Sem dúvida alguma, todas as reformas por que o Brasil precisa passar são polêmicas, desde a reforma política até a previdenciária e a tributária, que ninguém sabe como vai andar no País nos próximos anos.

Num primeiro momento, quero dar uma pequena contribuição e fazer um apelo à Comissão. Discute-se demais sobre legislação neste País, que é repleto de leis, é cheio de legislação que ninguém entende, que o povo não entende. Então, o apelo que eu faço é para que se busque fazer uma legislação, nesta reforma política, que seja simples, a fim de que a população entenda. De nada adianta o eleitor ir às urnas se ele não sabe como vai votar, se o candidato que ele escolheu não tem a menor chance de ganhar, seja em lista fechada, seja em lista aberta, seja definido pelo partido político, seja não definido. Hoje, a população já é extremamente contra o coeficiente eleitoral, porque o eleitor vota, mas o candidato que ele elegeu nas urnas não tem o direito de entrar, em função da legenda e do coeficiente.

Então, de que adianta votar leis que vão beneficiar os senhores? As leis têm que ser votadas para o povo. É o povo que tem que escolher os seus representantes. Pelo menos é assim que determina a Constituição.

O Vereador Emanuel Nascimento disse, no início, que o povo não é politizado, o povo não conhece de política. Também, com tanta complicação política, por que eu quero entender de política? E assim as pessoas se afastam da política, não desenvolvem a capacidade de discutir política e não participam das ações do Estado.

Num segundo momento, eu quero discutir um problema muito grave: o gasto público no País. O gasto público neste País já é extremamente elevado. Eu, na minha empresa, e qualquer empresário, na hora em que temos problemas de arrecadação, reduzimos as despesas, não aumentamos as despesas. No poder público isso não funciona. No poder público o que se faz? Financiamento público de campanha. Gasta-se mais e mais, são feitas duas, três, quatro eleições para gastar



mais. E quem paga a conta? O povo. Daqui a pouco vão inventar a contribuição nacional eleitoral, a CNE. Sai a CPMF e entra a contribuição nacional provisória eleitoral. Para quê? Para nós pagarmos essa conta?

Então, acho que a eleição tem que ser simplificada. Entendo que pode ser num único ano, conjunta ou em dois momentos separados — essa é uma discussão técnica —, mas é preciso olhar o gasto que a eleição traz para a população, o prejuízo que a Nação tem com tantas eleições seguidas, uma atrás da outra, e o gasto que isso representa para o poder público. Depois quem paga essa conta somos nós, aumentando-se o tributo e o imposto do povo.

No último momento, quero falar sobre financiamento de campanha. Discute-se se o financiamento é público ou privado, se deveria permitir o financiamento privado ou não. Ora, nós já tivemos, num dado momento da política neste País, financiamento em que não se podia ter contribuição privada. E o que acontecia? A corrupção era maior do que é hoje, porque todo o mundo doava por debaixo dos panos, de qualquer forma, e isso era completamente contra a transparência.

Entendo que muitas vezes o corrupto é só o empresário. Todo o mundo tacha o empresário de corrupto. Empresário é quem faz este País girar, é quem dá emprego ao povo, é quem arrecada os impostos e paga ao Governo. É o empresário que faz a máquina pública deste País funcionar. É por isso que este País existe, é por isso que a economia existe. O empresário não pode ser tachado de corrupto, de irresponsável.

Ora, só tem empresário corrupto? Não tem político corrupto também no País? Não tem presidente de associação comunitária corrupto neste País? Não tem presidente de partido político também corrupto? E não tem povo corrupto? Quem é mais corrupto neste País é a população! (*Palmas.*) Não somos nós que compramos votos, não; nem é o político que compra voto; é o povo que se vende! O povo se vende. Quando alguns dos senhores vão para a caminhada, nos bairros populares, o que ouvem? “*Deputado, Prefeito, resolva o problema da escola, da rua.*” “*Deputado, quanto eu vou ganhar?*” “*Deputado, corrija a minha casa. Estou precisando de bloco de cimento.*”



Ora, o povo é que é corrupto. Isso é um problema cultural que não vai se resolver dizendo se é financiamento público ou privado. Acho que com a transparência, sim, isso vai se dissolver. Uma campanha também pode conscientizar a população cada vez mais da importância de se ter o voto consciente, como tem sido feito nos últimos anos. Acho inclusive que hoje a corrupção é menor do que já foi no passado, até porque hoje, quando uma empresa quer fazer uma doação, faz a doação oficial, publicamente, registrada de acordo com uma legislação que a permite. Acho que isso é possível.

Penso dessa forma porque temos que parar com a demagogia de que a coisa funciona só da forma A ou B. Da forma que for, vai haver corrupção neste País, porque isso é uma coisa cultural e precisa ser trabalhada culturalmente na população.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra a Deputada Ana Lucia.

A SRA. ANA LUCIA - Agradeço e quero saudar o Deputado Almeida Lima, parabenizando-o pela iniciativa. Saúdo a Mesa na pessoa da nossa Presidenta, companheira Angélica. Faço uma saudação especial, pela identidade político-ideológica, à nossa Deputada Luiza Erundina. É uma identidade antiga.

Na verdade, fiquei bastante contemplada com a análise da Deputada Luiza Erundina, porque traz exatamente a essência da questão. Não é que o povo seja corrupto. O povo não teve reforma agrária nem urbana, o povo está desempregado. E nesse período eleitoral, infelizmente, não é o dinheiro que é declarado, não, porque eu não vejo nenhuma declaração de campanha — altas declarações — que justifique a quantidade de material e de pessoas pagas fazendo campanha. Não é. Então, infelizmente, é dinheiro ilegítimo que circula. E a política vira mercadoria, vira uma grande mercadoria. É uma troca.

Vejo que não é de repente que vamos superar isso. Precisamos enfrentar as questões estruturantes deste País. Precisamos realmente ter uma escola pública de qualidade social, ter esse debate de hoje disseminado por todos os Estados.

Estava conversando com as companheiras, dizendo que fui bastante contemplada com a proposta da OAB, com as análises do PSTU, do PSOL, do PCB,



dos partidos de esquerda. Eu estava ao lado das secretárias, e elas disseram: *“Professora, agora a senhora vai gostar daquele discurso”*. Eu disse: *“Agora eu vou gostar”*. Na verdade, a Esquerda não é só o partido. São as identidades e os compromissos.

Hoje o companheiro já fez uma homenagem. Eu não ia falar, Deputado Almeida, porque de madrugada eu recebi a triste notícia de que a companheira Janete, médica, que foi militante na juventude e ajudou a superar essa ditadura, morreu de repente. Em sua juventude, foi estudante de Medicina, foi uma militante muito cuidadosa e muito estudiosa. Janete foi uma referência de mulher para mim, Deputada Erundina, não da mulher submissa, mas da mulher que está buscando o seu caminho. Não era só a mulher técnica em Medicina, mas a mulher que tinha a visão da sociedade, que mostrava que era necessário lermos literatura, poesia, ressaltava a diversidade dessa cultura. Então, era uma pessoa muito querida, e que partiu de repente. Foi vítima de um infarto fulminante. O irmão dela foi um militante da época da ditadura, um resistente, e depois continuou no Partido Comunista. Faz 3 anos que ele faleceu.

Enfim, hoje eu não estava emocionalmente com vontade de discutir política. Estava com vontade de pensar um pouco na vida e nessa caminhada da resistência que nos levou a estar hoje discutindo, com a certeza de que o amanhã vai ser diferente. Mas não é ainda o amanhã com que estamos sonhando, o da igualdade social, em que não é o sem-terra que vai ser eleito, e sim o com-terra que já foi sem-terra, é o sem-teto que agora já tem teto, e está discutindo, e vai ocupar todos esses espaços.

Então, essa reforma estruturante no País é o nosso sonho. Com certeza esta reforma política, com muitos debates, vai avançar.

A lista fechada não é a volta dos coronéis. A lista fechada é dos partidos que têm estrutura e educação partidária. Esse é um grande problema deste País.

Partido é moderno, não é uma relação antiga. E, na modernidade, ele vem para educar a população para a política. Paulo Freire já dizia que o partido é um espaço pedagógico, um espaço de educação política. Portanto, não se pode ter o cara que vai definir a lista fechada.



No raciocínio do Deputado Almeida, também os que dominam o partido vão distribuir da forma como quiserem. Dentro do meu partido, sofremos isso na última eleição. Não conseguimos reeleger o nosso companheiro que se articulava muito com a Deputada Erundina, o Prof. Iran Barbosa. Então, vejam, não resolve, porque a questão é outra. A questão é ter ideologia, programas e projetos e disputar perante a sociedade, porque essa disputa é educativa também. Eu estou disputando um projeto, uma concepção de sociedade e de mundo. Não é minha, é de um colegiado, pelo qual optei. Por isso tem um nome: partido. Eu faço parte. Agora, se ali estou só como figurante, eu não estou no partido.

Por isso é que alguns partidos de esquerda, como o PT e o PCB, estão lutando pela lista fechada. O DEM é um partido de direita, mas é partido, tem uma linha, uma concepção de partido. Então, temos uma grande diferença ideológica e política, mas eles também têm estrutura de partido.

Portanto, espero que possamos, aqui em Sergipe, acatar a proposta, Angélica. É uma lição que ela nos deixa também. E não é só porque é mulher e está no poder. Nós precisamos ter o jeito feminino do exercício do poder, porque esse jeito masculino — peço desculpas a todos os colegas presentes — é muito autoritário, fruto, sim, de cultura e de vivências autoritárias. No século XX, tivemos duas ditaduras, e todas com mandato e jeito masculinos.

Então, precisamos exercitar. Daí termos que nos reeducar constantemente. E no Parlamento, nas Câmaras, nos espaços públicos, podemos continuar esse exemplo da manhã de hoje.

Agradeço o espaço. Parabéns a todos os Parlamentares que estão fazendo essa frente em defesa da democracia, para que possamos realmente construir o espaço em que os segmentos explorados terão possibilidade de exercer o poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu só queria fazer uma consideração relativamente às mulheres. O espaço das mulheres não deve ter natureza competitiva. O espaço das mulheres na política brasileira é um espaço que está sempre vazio. Ninguém o está ocupando.



A SRA. ANA LUCIA - Não, nós estamos num microespaço, ocupando e disputando. Mas com certeza nós vamos chegar lá. Queremos a igualdade, respeitando as nossas diferenças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Para concluir, concedo a palavra ao último orador, Vereador Artur, da bela Estância.

O SR. ARTUR OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Inclusive V.Exa. foi professor em Estância, no Instituto Diocesano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É verdade. Eu fazia Faculdade de Direito, em 1976, e passei por lá. Já sou velho.

O SR. ARTUR OLIVEIRA - Eu quero saudar a Mesa, o Prefeito Edvaldo Nogueira, o Presidente da Câmara Municipal, nosso querido Emanuel Nascimento, a Deputada Íris de Araújo, do Estado de Goiás, o Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, o Deputado Almeida Lima, nosso conterrâneo do Estado de Sergipe, um guerreiro, Deputado Edinho Araújo, de São Paulo, e a nossa queridíssima Luiza Erundina, Deputada por São Paulo, ex-Prefeita daquela cidade.

É importante este debate para todos nós presentes. Ouvimos algumas falas, o povo cobrando, pessoas que ganham o salário mínimo. Sabemos que mobilizar não é fácil e trazer o povo para cá é muito mais difícil ainda. Mas acho importante ter todos aqui presentes. Vemos ainda, nas galerias, Vereadores, como Silvano, da cidade de Salgado, e outros companheiros aqui presentes, dirigentes partidários, como o Presidente do meu partido, o PT, o Mário Dias, o Moisés, do PCdoB, o Edvaldo, da nossa querida Estância.

Companheiros presentes, enquanto Vereador — e aqui também está o meu colega, Vereador Renato Júnior, da minha cidade —, nós temos uma preocupação com a questão da classe política, especialmente dos Vereadores.

Eu quero parabenizar Edvaldo, que tem feito um grande trabalho com essa questão do Vereador, fazendo encontros, reuniões com o seu partido e com os Vereadores do Estado de Sergipe. Meu colega Emanuel, você tem sido um baluarte nessa questão.

Vereador só é reconhecido, meu querido Deputado Almeida Lima, no período de eleição. Nessa época, Vereador é mais valorizado do que outra coisa, pois é o para-choque, é quem está ao lado do povo, no dia a dia. E quanto menor o seu



Município, ele é mais solicitado, porque o eleitor vai lá, em busca de uma urna funerária, de um registro, de um batistério, de uma medicação, seja lá o que for. Silvano, de Salgado, cidade um pouco menor do que Estância, sabe do que eu estou falando.

Mas o Vereador, no Congresso Nacional, é tratado como o lixo da política, como uma classe que poderia ser extirpada da política. O Vereador é tratado dessa forma, é o que temos visto. Vemos a discrepância entre o Vereador e o Deputado Estadual ou Federal e o Senador.

O suplente do Senador não é votado. Ele acompanha a chapa e é eleito justamente com o seu titular. É o único suplente do Legislativo que acompanha a chapa e é eleito com o Senador. E nós vemos a proposta dos Senadores agora, que é acabar a reeleição, mandato de cinco anos e para o Senado 10 anos. Vejam! Sinceramente, é uma aberração e uma falta de respeito com os demais, com os Deputados, com os Vereadores.

Quer dizer, para Senador pode tudo? E ainda dizem que estar no Senado é como se estivessem no Céu. O Deputado Almeida Lima esteve lá. É isso mesmo, Almeida? Estar no Senado é estar no Céu? Aquele tapete azul é que impressiona?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Prefiro a Câmara. Mas no Senado são 8 anos.

O SR. ARTUR OLIVEIRA - É verdade. Mas os Senadores querem demais. Acho que essa reforma pode muito bem tratar disso.

Acabei de ouvir a Deputada Luiza Erundina falar sobre a questão de ampliarmos e discutir melhor. Nos interiores, nas Câmaras, pode ser regional, se não for por cidade, mas que levemos esse debate para as cidades do interior, para que esse debate não fique só aqui.

Para encerrar, eu quero parabenizar essa mulher guerreira que sai daqui do Nordeste e consegue ser Prefeita de uma cidade, de uma metrópole, de uma das maiores cidades do mundo, que é São Paulo. Realmente, Deputada, V.Exa. merece o respeito não só dos nordestinos, mas de todas as pessoas deste País, porque nós sabemos e conhecemos a sua história ainda no Partido dos Trabalhadores, hoje no PSB, mas é uma referência.



Eu estava aqui ao lado da Vereadora Rosângela, que se arrepiou e chorou com a sua fala, com a sua forma contundente, com seu bravo discurso de uma mulher nordestina que sai daqui e consegue ser referência nacional e mundial, administrando uma cidade como São Paulo.

Meus parabéns e parabéns a toda a Comissão! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Chegamos ao final, mas antes, porém, Deputada Ana Lúcia, veja como o debate, a dialética, é extremamente importante. Foi uma manhã e tarde brilhantes, um debate amplo com a sociedade. E faço uma referência à parte final do seu pronunciamento, quando citou Paulo Freire, ao dizer que os partidos são um espaço pedagógico.

Vejam como a dialética é suprema. Enquanto Paulo Freire, educador histórico, renomado brasileiro, diz isso, no início do século passado, em 1913, exatamente em 1913, o sociólogo alemão Robert Michels, que escreveu *Uma Sociologia para os Partidos Políticos*, dizia que os partidos políticos são a lei de ferro das oligarquias. Essa é a dialética. Esse é o debate. Isso é o contraditório.

Cumprida a missão, agradeço enormemente a todos os presentes, ao povo sergipano, aos Deputados, na pessoa da querida Presidente Deputada Angélica Guimarães, que proporcionou a todos nós este espaço, que é espaço do povo sergipano, para que nós pudéssemos realizar aqui esta conferência para a reforma política brasileira.

Portanto, o meu agradecimento aos meus colegas, aos meus pares, que vieram a Sergipe, Deputada Luiza Erundina, Deputado Edinho Araújo, Deputado Alceu Moreira, Deputada Íris de Araújo. E os meus agradecimentos ao povo de Sergipe e a todos vocês presentes.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)